

MLog S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente
em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263S4-002-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	36
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025	41
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025	48



RELATÓRIO DE DESEMPENHO

4T 2025





Relevantes 2025

MLOG CONSOLIDADO



R\$ 249.476

milhares de reais
Receita Líquida



R\$ 73.271

milhares de reais
EBITDA ajustado



R\$ 73.638

milhares de reais
EBITDA



R\$ 3.672

milhares de reais
CAPEX realizado na MOPI

ASGAARD BOURBON — ABN



89,7%

Operacionalidade da
Frota própria Offshore



R\$ 12.185

milhares de reais
CAPEX realizado nas embarcações

CIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA—CNA



881 mil m³

Volume transportado



R\$ 25.975

milhares de reais
AFRMM Gerado

Indicadores Relevantes 4T 2025



MLOG CONSOLIDADO



R\$ 64.077

milhares de reais

Receita Líquida



R\$ 11.397

milhares de reais

EBITDA



R\$ 17.036

milhares de reais

EBITDA Ajustado

ASGAARD BOURBON — ABN



86,1%

Operacionalidade



3 AHTS

1 OSRV



R\$ 738.997

milhares de reais

Backlog de contratos

CIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA—CNA



13 EMPURRADORES

21 BALSAS



R\$ 6.530

milhares de reais
AFRMM gerado



230 mil m³

Volume
transportado

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026. A Administração da MLog S.A. ("MLog" ou "Companhia"), em conjunto com suas subsidiárias diretas ou indiretas Morro do Pilar ("MOPI", Projeto de Minério de Ferro), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba ("CDNC", Projeto Distrito Industrial e Porto Múltiplo, em Linhares), Asgaard Bourbon Navegação ("ABN", Companhia de Navegação de Apoio Marítimo), Companhia de Navegação da Amazônia ("CNA", Companhia de Navegação Fluvial) e NSN – Nova Sociedade de Navegação ("Columbus"), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Desempenho e as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhados do Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Todos os valores mencionados neste relatório, referentes às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO



Na **Navegação interior**, o ano de 2025 foi marcado pela definição de uma nova estratégia operacional e pelo início do ciclo de ações que visam alavancar a rentabilidade da CNA no curto e médio prazos. Nesse contexto, a empresa alienou as embarcações que se encontravam fora de operação, encerrou o contrato de bunkering que foi vertido para a carteira de serviços de transporte com cláusula de take or pay relativa a volume mínimo transportado e revisou a matriz de custo, com a devolução de balsas afretadas, priorizando a construção de frota própria.

Com o foco na modernização da frota, utilizando os recursos do AFRMM, iniciou a construção de uma balsa petroleira com capacidade de 4.500 m³ e de quatro graneleiras com 2.400 toneladas de capacidade cada. A balsa-tanque está em fase final de construção, com previsão de entrega no 2T26. As graneleiras estão com 40% a 70% do percentual de obra executados. Vale ressaltar que as novas embarcações já deveriam ter sido entregues a CNA, mas ocorreram atrasos na construção por parte do estaleiro contratado. Destacam-se os prêmios de reconhecimento concedidos pela Raízen a CNA em 2025: 1º lugar em 'Operações Fluviais' e 3º no Troféu Timão de Ouro.

A performance da operação de **Navegação de apoio marítimo offshore** em 2025 foi pautada pela implementação dos reajustes tarifários dos novos contratos celebrados com a Petrobras, com aumento consistente das taxas diárias. Destaca-se que a performance em 2025 não refletiu de forma integral as novas tarifas acordadas, pois os contratos dos AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto foram iniciados em abril e maio, evidenciando espaço para captura de rentabilidade adicional. Informamos ainda a classificação da ABN em décimo lugar no Programa de Excelência Operacional para Transporte Aéreo e Marítimo - PEOTRAM 2025, um reconhecimento do compromisso com a segurança e a sustentabilidade nas atividades marítimas.

Entretanto, não navegamos somente em mares calmos em 2025. Mesmo com robustos investimentos realizados em manutenção/docagem e acompanhamento rigoroso da integridade dos nossos ativos, duas de nossas embarcações apresentaram intercorrências mecânicas: o AHTS Geonísio Barroso está inoperante desde 21 de dezembro de 2025 e o AHTS Yvan Barretto está fora de operação desde 30 de janeiro de 2026. Os reparos e as substituições de peças estão sendo efetivados. A expectativa é de que as embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto retornem a operação em abril de 2026. Ressalta-se que as operações estão cobertas por seguros que contemplam tanto o reembolso de despesas com manutenção e substituição de peças, estimados em R\$ 22 milhões, quanto a cobertura de lucros cessantes, estimados em R\$ 8 milhões, montante que abrange as duas embarcações e todo período de inoperância.

Em 20 de março de 2026, concluímos a aquisição da participação da Bourbon Offshore Marítima na ABN. A MLOG passou a deter 100% do capital social da operadora offshore. O movimento permite a plena integração da ABN ao portfólio de navegação, possibilitando maior sinergia entre os ativos do Grupo.

Encerramos nossa mensagem destacando que o cenário continua promissor para o segmento de navegação de apoio marítimo offshore frente às potenciais avenidas de crescimento da produção de óleo & gás no Brasil, que colocou o País em destaque a nível mundial. Ressaltamos ainda a relevância da navegação fluvial da região norte como canal de escoamento da produção de petróleo e grãos. No entanto, é importante ressaltar também que em decorrência dos recentes eventos de inoperância de duas de nossas embarcações, estamos reforçando a adoção de medidas que visam a preservação de caixa no curto prazo.



Destaque 4T 2025

Navegação

Offshore

A taxa de operacionalidade da frota foi de 86,1% no 4T25, redução de 8,2p.p. ano/ano e queda de 6,9p.p. na comparação trimestral, refletindo principalmente o *downtime* de 47 dias do AHTS Geonísio Barroso, devido às atividades de manutenção programada para o overhaul de motores e a posterior ocorrência de falha mecânica, que resultou na necessidade de reparos e substituição de componentes importados, ocasionando a inoperância por falha mecânica dessa embarcação desde o dia 21 de dezembro. Todavia, as demais embarcações performaram com elevada operacionalidade, alcançando uma taxa média em torno de 98,7% no quarto trimestre de 2025.

A receita líquida totalizou R\$ 49,6 milhões no 4T25, representando crescimento de 34,8% na comparação anual, impulsionada principalmente pelos reajustes das diárias dos contratos iniciados em dezembro/24 e no segundo trimestre de 2025. Na comparação trimestral, observa-se queda de 8,5%, explicado pelo menor nível de operacionalidade em função da inoperância temporária do AHTS Geonísio Barroso. Todavia, parte da perda da receita dessa embarcação será compensada via reembolso do seguro de lucros cessantes, estimado em cerca de R\$ 4 milhões, abrangendo todo o período de inoperância da embarcação, inclusive o 1T26.

Interior

O volume transportado no 4T25 totalizou 230 mil m³, uma leve retração de 1,0% em relação ao mesmo período de 2024, porém apresentando crescimento de 14,9% em relação ao 3T25.

A receita líquida da atividade de transporte de carga totalizou R\$ 14,4 milhões no 4T25, queda 23,7% comparado ao mesmo período de 2024.

Em relação ao 3T25, observou-se um aumento de 5,7%, refletindo parcialmente o maior volume transportado no período.

A mudança no mix de rotas, inclusive com viagens em trechos mais curtos, explicam a queda da receita na comparação anual, bem como o crescimento mais tímido em relação à evolução do volume no terceiro trimestre de 2025.

Cabe ressaltar que a receita do 4T25 não incluiu a atividade de *bunkering*, cujo contrato foi encerrado no primeiro semestre do ano. Em contrapartida, essa atividade gerou uma receita de R\$ 5,9 milhões no 4T24.

Mineração

Ao longo do 4T25, a Companhia seguiu implementando as atividades necessárias para a consecução dos marcos relacionados ao licenciamento do Projeto MOPI (LI), ainda pré-operacional, que visa uma produção anual de 25 milhões de toneladas de pellet feed com alto teor de ferro (em torno de 68,5%), insumo estratégico para a sustentabilidade da siderurgia mundial.

Contexto Organizacional



CRIAÇÃO DA COLUMBUS SHIPPING E DA SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO (SCP)

Como parte dos esforços de estruturação das atividades de Navegação e Mineração de forma segregada, no segundo semestre de 2022, foi criada a subsidiária integral Nova Sociedade de Navegação S.A. ("NSN"), companhia registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) na categoria B, que passou a concentrar todos os ativos, passivos e negócios relacionados à Navegação. A Administração da Companhia, suportada por assessores externos, elegeu Columbus Shipping ("Columbus") como o nome fantasia para a NSN, em 15 de maio de 2023.

Devido a existência de ativos e passivos que ainda necessitam de anuências por parte de credores para sua transferência, foi criada, em 02 de janeiro de 2023, uma SCP—Sociedade em Conta de Participação, com a MLog sendo a sócia ostensiva e a Columbus como sócia participante. Essa SCP permite que sejam visualizados os ativos e passivos na Columbus, sem que haja a transferência efetiva destes, dado que estão em processo de obtenção de anuências por parte de credores para concretização da transferência.

A criação da SCP seguiu a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nos artigos 991 a 996 e, na ausência de normativos contábeis específicos para esta classificação de entidade jurídica, a Companhia observou amplamente a Lei das S.A. (Lei nº 6.404/1976), uma vez que a SCP é detida por duas Companhias abertas (MLog e Columbus) e realizou registros contábeis em linha com as normas contábeis vigentes para sociedades de capital aberto. A nova organização possibilitará à Companhia otimizar a gestão de sua estrutura de capital, incluindo acesso a linhas de financiamento e, eventualmente, de capital.

Na ausência de norma contábil específica para as Sociedades em Conta de Participação, a Administração exerceu seu julgamento de como melhor demonstrar a SCP nos registros da Columbus e, na impossibilidade de registro de equivalência patrimonial, optou por registrar como investimento a custo de contribuição de capital; sendo os números da SCP demonstrados em Nota Explicativa às Informações contábeis intermediárias da MLog como sócia ostensiva e da Columbus como sócia participante.

Vale ressaltar que a Administração da Companhia solicitou algumas anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos. No entanto, até o momento, os pedidos permanecem em análise por parte dos potenciais anuentes. Todavia, até que as supracitadas anuências sejam emitidas, a controlada NSN possui somente uma embarcação de apoio de pequeno porte em seu rol de ativos próprios; que, por sua vez, está afretada a ABN.



4T 2025

ASGAARD BOURBON

NAVEGAÇÃO OFFSHORE



Destaques operacionais

A navegação offshore compreende atualmente quatro embarcações contratadas à Petrobras, sendo três AHTS e um OSRV, todas de propriedade do Grupo.

OPERACIONALIDADE

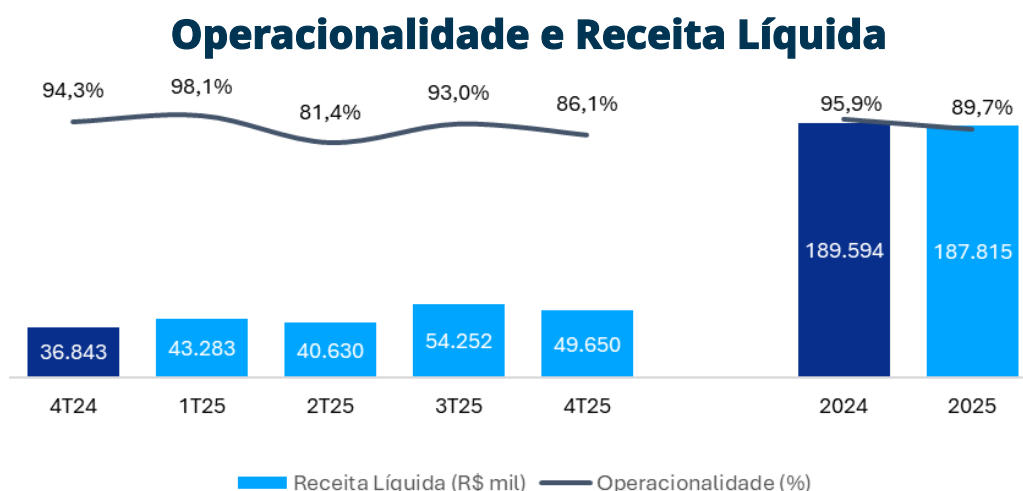
A taxa de operacionalidade da frota foi de 86,1% no 4T25, redução de 8,2p.p. ano/ano e queda de 6,9p.p. na comparação trimestral, refletindo principalmente o *downtime* de 47 dias do AHTS Geonísio Barroso, devido às atividades de manutenção programada para o *overhaul* de motores e a posterior ocorrência de falha mecânica, que resultou na necessidade de reparos e substituição de componentes importados, ocasionando a inoperância dessa embarcação desde o dia 21 de dezembro. Em contra partida, as três outras embarcações de apoio offshore performaram com elevada operacionalidade no período. Os AHTS Haroldo Ramos e Yvan Barretto apresentaram taxa média de 98,4%; e, o OSRV Asgaard Sophia alcançou operacionalidade de 99,2%.

Em 2025, a taxa de operacionalidade da frota própria alcançou 89,7%, redução de 7,0 p.p. na comparação anual. As paradas do AHTS Geonísio Barroso foram os principais ofensores da operacionalidade no período.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 49,6 milhões no quarto trimestre de 2025, aumento de 34,8% ano/ano, refletindo os reajustes positivos das taxas diárias dos novos contratos, iniciados em dezembro de 2024 (OSRV Asgaard Sophia) e no segundo trimestre de 2025 (AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto), compensando a menor taxa de operacionalidade no trimestre.

Na esteira do reajuste tarifário, a receita líquida da frota própria totalizou R\$ 187,8 milhões em 2025, correspondendo a um crescimento anual robusto de 28,8%. Considerando a frota total, que incluía uma embarcação a mais em 2024, a receita líquida ficou levemente inferior na comparação anual (-0,9% ano/ano). Os reajustes das diárias estabelecidos nos novos contratos compensaram o fato da ABN ter operado com uma embarcação a menos em 2025, após o fim do contrato de afretamento em setembro de 2024, bem como a menor taxa de operacionalidade anual devido, principalmente, a inoperância da embarcação Geonísio Barroso.



¹ Cálculo da Operacionalidade não leva em conta parada para docagem nem readequação da embarcação para novos contratos.

BACKLOG ATUAL DE CONTRATOS

O backlog representa o saldo de dias remanescentes de contrato valorados pelas diárias acordadas para cada embarcação. Ressalta-se que esse valor é estimado, uma vez que, sua realização, depende diretamente da performance operacional das embarcações, bem como das taxas de câmbio futuras.

A operação de navegação de apoio marítimo offshore fechou o ano de 2025 com um *backlog* de R\$ 739 milhões, com perspectiva de realização dessa carteira no período de três a quatro anos.

Destaca-se que três, das quatro embarcações de apoio marítimo offshore, estão operando sob novos contratos, iniciados no biênio 2024/2025, que seguiram os mesmos escopos dos anteriores, mas com diárias reajustadas em patamares superiores. A totalidade dos contratos da operação offshore em andamento foram celebrados com a Petrobras.

Backlog atual de contratos - Offshore

Embarcação	Tipo Embarcação	Início do Contrato ¹	Término do Contrato Firme ²	Backlog (R\$ 000) ³
Haroldo Ramos	AHTS	set-23	set-27	122.445
Asgaard Sophia	OSRV	dez-24	jan-29	163.418
Geonísio Barroso	AHTS	abr-25	mai-29	226.476
Yvan Barretto	AHTS	mai-25	mai-29	226.658
			Total	738.997



1- Foi considerado como início dos contratos a data efetiva de seu início, quando já realizada, ou estimada, quando futura.

2- O período firme de contrato equivale ao prazo mínimo garantido. Nossos contratos incluem períodos adicionais de renovação em caso de acordo mútuo entre as partes, não considerados no Backlog, exceto quando formalmente solicitados pelo Cliente.

3- O valor do backlog considera a taxa de câmbio de venda de fechamento em 31 dezembro de 2025, de R\$5,5024, para conversão dos valores em US\$ para R\$.

PRINCIPAIS TIPOS DE EMBARCAÇÕES OFFSHORE

- *Platform Supply Vessel (PSV)*, embarcações capazes de transportar cargas líquidas e sólidas entre a costa e as plataformas e vice-versa.
- *ROV Supply Vessel (RSV)*, embarcações especializadas ou preparadas para operação de um ou mais ROV (*Remote Operate Vehicle*).
- *Multi-purpose Platform Supply Vessel (MPSV)*, embarcações multipropósito, capazes de transportar cargas líquidas e sólidas, capacidade de acomodação de pessoal acima dos PSVs, além da capacidade de outras operações, incluindo ROVs.
- *Anchor Handling Tug Supply (AHTS)*, embarcações capazes de ancorar e rebocar plataformas, guindastes e outras embarcações.
- *Oil Spill Response Vessel (OSRV)*, embarcações que contam com equipamentos de combate a incêndio e recolhimento de óleo no mar.
- *Well Stimulation Supply Vessel (WSSV)*, embarcações cujos equipamentos são capazes de intervir e estimular poços de petróleo, visando a melhora da recuperação de óleo.
- *Dive Support Vessel (DSV)*, embarcações equipadas para atividades que envolvam mergulhadores.
- *Construction Support Vessel (CSV)*, embarcações equipadas para atividades de construção e instalação submarinas, geralmente incluindo utilização de ROV e de mergulhadores.

OVERVIEW REGULATÓRIO DO MERCADO BRASILEIRO

- **Empresa Brasileira de Navegação (EBN)** é uma entidade autorizada pelos órgãos reguladores (ANTAQ) a operar em atividades de navegação no Brasil. Para ser uma EBN, a empresa precisa ser brasileira (mesmo que seu capital seja detido por estrangeiros) e possuir ao menos uma embarcação de bandeira brasileira operando regularmente.
- **Registro Especial Brasileiro (REB)** é um regime exclusivo a embarcações de bandeira brasileira, operadas por empresas brasileiras de navegação. Podem ser registradas no REB, embarcações construídas no Brasil, importadas (com devido pagamento dos impostos) ou estrangeiras, com suspensão temporária da bandeira original. Neste último caso, o registro depende da disponibilidade de tonelagem de embarcações brasileiras pela EBN operadora (Artigo 10 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997).

Principais tipos de Afretamento

- Afretamento a casco nu (ou **bareboat**): afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação;
- Afretamento por tempo (ou **time charter**): afretador recebe a embarcação armada e tripulada, ou parte dela, para operá-la.





4T 2025
COMPANHIA
DE NAVEGAÇÃO
DA AMAZÔNIA

**CNA: NAVEGAÇÃO INTERIOR E
CABOTAGEM**



Destaques operacionais

A CNA possui frota própria de 21 balsas e 13 empurradores.



Volume Transportado

O volume transportado no 4T25 totalizou 230 mil m³, uma leve retração de 1,0% em relação ao mesmo período de 2024. Na comparação trimestral, observa-se crescimento de 14,9% devido a maior demanda por parte dos nossos clientes cativos.

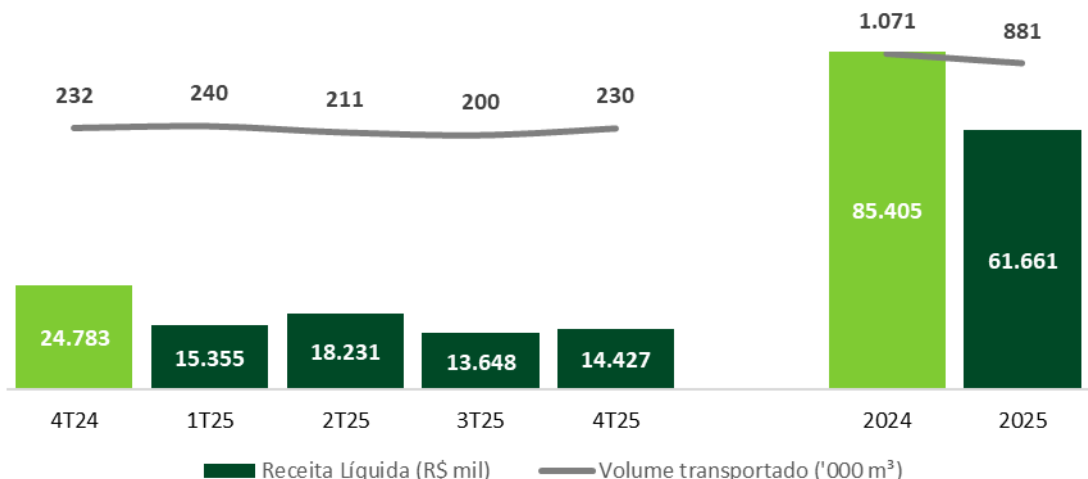
Em 2025, foram transportados aproximadamente 881 mil m³ de petróleo e derivados, correspondendo a uma redução de 17,7% em relação ao ano anterior. O menor volume anual é explicado pelos seguintes fatores: i) redução da demanda por transporte por parte de um cliente cativo, que reestruturou sua estratégia operacional, passando a carregar parte de sua carga diretamente no navio; ii) atuação mais tímida no mercado spot.

Receita Líquida¹

A receita líquida da atividade de transporte de carga totalizou R\$ 14,4 milhões no 4T25, queda 23,7% comparado ao mesmo período de 2024. Em relação ao 3T25, observou-se aumento de 5,7%, refletindo parcialmente o maior volume transportado no período. A mudança no mix de rotas, inclusive com viagens em trechos mais curtos, explicam a queda da receita na comparação anual, bem como o crescimento mais tímido em relação a evolução do volume no terceiro trimestre de 2025. Vale ressaltar que a performance do 4T25 não inclui a atividade de *bunkering*, cujo contrato foi encerrado no primeiro semestre do ano. Em contrapartida, essa atividade gerou uma receita de R\$5,9 milhões no 4T24.

Em 2025, receita líquida da atividade de transporte totalizou R\$ 61,7 milhões, redução de 4,5% ano contra ano, com o aumento médio das tarifas compensando parcialmente o menor volume. A receita advinda da atividade de *bunkering* ficou limitada a R\$ 1,9 milhão no ano, comparado ao montante de R\$ 20,9 milhões em 2024. No total, a receita líquida da CNA em 2025 foi 27,8% inferior a observada em 2024, refletindo os fatores destacados anteriormente.

Volume Transportado e Receita Líquida



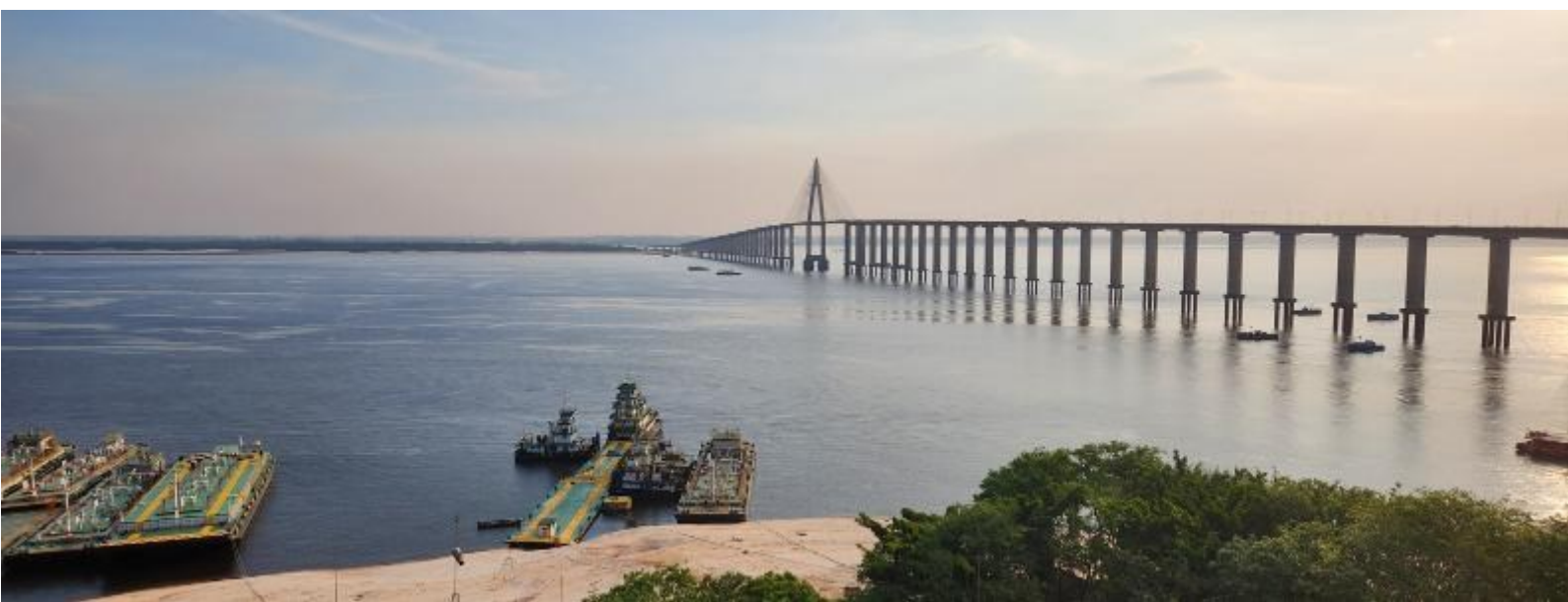
¹ Receita gerencial líquida considerando efeito de corte contábil e eliminando valores recebidos intercompany.

ADICIONAL DE FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (“AFRMM”)

Parte importante do resultado da CNA é o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”), regulado principalmente pela Lei nº 10.893 de 2004, alterada pela Lei nº 14.301 de 2022. O AFRMM é um tributo federal incidente sobre o frete marítimo que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”).

As alíquotas do AFRMM variam de acordo com o tipo de produto, transporte e região de origem ou destino. Na atividade de transporte fluvial de granéis líquidos na região Norte, a alíquota incidente de AFRMM é de 40% sobre o preço do frete. O adicional de frete gerado pelos serviços prestados pela CNA é posteriormente creditado em uma conta vinculada da empresa junto ao Banco do Brasil.

A Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022 (BR do Mar) estabeleceu um novo marco regulatório para a cabotagem no Brasil com diferentes inovações e alternativas de atuação dentro do setor de navegação. Algumas das mais relevantes alterações da BR do Mar estão relacionadas aos procedimentos e regras para utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM.



Por um lado, tornaram-se mais restritas as possibilidades de utilização de recursos financeiros do AFRMM em aquisições ou construções de embarcações, sendo que os créditos poderão ser utilizados para aquisições ou construções de embarcações do mesmo tipo de navegação que originou os recursos financeiros de AFRMM depositados na conta vinculada da Empresa Brasileira de Navegação (“EBN”).

Mas por outro lado, a Lei da Cabotagem passa a permitir novas possibilidades de utilização dos recursos do AFRMM, como (i) serviços de manutenção e revisão por empresas especializadas, possibilidade que antes era restrita a estaleiros; (ii) reembolsos anuais dos valores relativos a seguros e resseguros contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas; (iii) pagamento de afretamentos, dentre outros.

Navegação Interior e Cabotagem

Assim sendo, das possibilidades disponíveis para que a CNA se utilize dos recursos arrecadados pelo AFRMM, elencamos as seguintes:

- i) para construção ou aquisição de embarcações novas, produzidas em estaleiros brasileiros;
- ii) para jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, revisão e reparação de embarcação própria ou afretada, inclusive para aquisição e/ou instalação de equipamentos, nacionais ou importados, quando realizada por estaleiro ou empresa especializada brasileira, sendo responsabilidade da empresa proprietária ou afretadora adquirir e contratar os serviços;
- iii) para pagamento do valor total do afretamento de embarcações utilizadas, desde que tal embarcação seja de propriedade de uma empresa brasileira de investimento na navegação e tenha sido construída no País;
- iv) para manutenção, em todas as suas categorias, realizada por estaleiro brasileiro, por empresa especializada ou pela empresa proprietária ou afretadora, em embarcação própria ou afretada;
- v) para garantia à construção de embarcação em estaleiro brasileiro; e
- vi) para reembolso anual dos valores pagos a título de prêmio e encargos de seguro e resseguro contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas.

Ressaltamos que o procedimento para utilização dos recursos para os itens (i), (ii) e (iv) estão operacionais por parte do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, agente financeiro responsável por autorizar a movimentação de contas vinculadas. O item (vi) foi regulamentado recentemente pela Resolução CDFMM 233/2025. A Companhia aguarda a regulamentação dos demais itens para então avaliar o impacto total trazido pela Lei nº 14.301 tanto no que se constituiu como restrição — especialmente a impossibilidade de utilização dos créditos por coligadas em navegação diversa da geradora do recurso — quanto nas suas adições.



CONTABILIZAÇÃO DO AFRMM—CPC 07 (IAS 20)

A contabilização do AFRMM segue as regras do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais (IAS 20). Quando o serviço de frete é finalizado, o valor a receber de AFRMM é reconhecido simultaneamente no ativo não circulante e no passivo não circulante, como receita diferida, não impactando, no momento inicial, o resultado da CNA. Atualmente, em um prazo médio aproximado de 90 a 120 dias, este crédito do AFRMM é depositado na conta vinculada da CNA junto ao Banco do Brasil. Neste momento o AFRMM passa a estar disponível para uso conforme o permitido.

Quando o AFRMM é utilizado, o passivo não circulante que foi contrapartida de seu lançamento e a receita passam a ser afetados como segue:

Se a companhia utiliza R\$100 para a compra de uma embarcação que será depreciada em 20 anos, seu balanço passará a indicar no imobilizado o valor inicial de R\$100 e o passivo continuará apresentando valor também de R\$100 como receita diferida de AFRMM.

Depois do primeiro ano de uso da embarcação, o ativo imobilizado indicará R\$95 (R\$100 – R\$5 de depreciação). O passivo será também reduzido no mesmo montante da depreciação, passando a marcar R\$95. Em contrapartida à esta redução do passivo não circulante, será lançado no resultado o valor de R\$5 como Receitas de Subvenção - AFRMM.

Ou seja, embora o efeito caixa da utilização do AFRMM ocorra em aproximadamente 30 meses e sua utilização não gere um passivo financeiro para a companhia, o lançamento dos valores deste benefício econômico aos acionistas se dá, contabilmente, ao longo da vida útil do ativo.



Navegação

(Offshore + Interior)

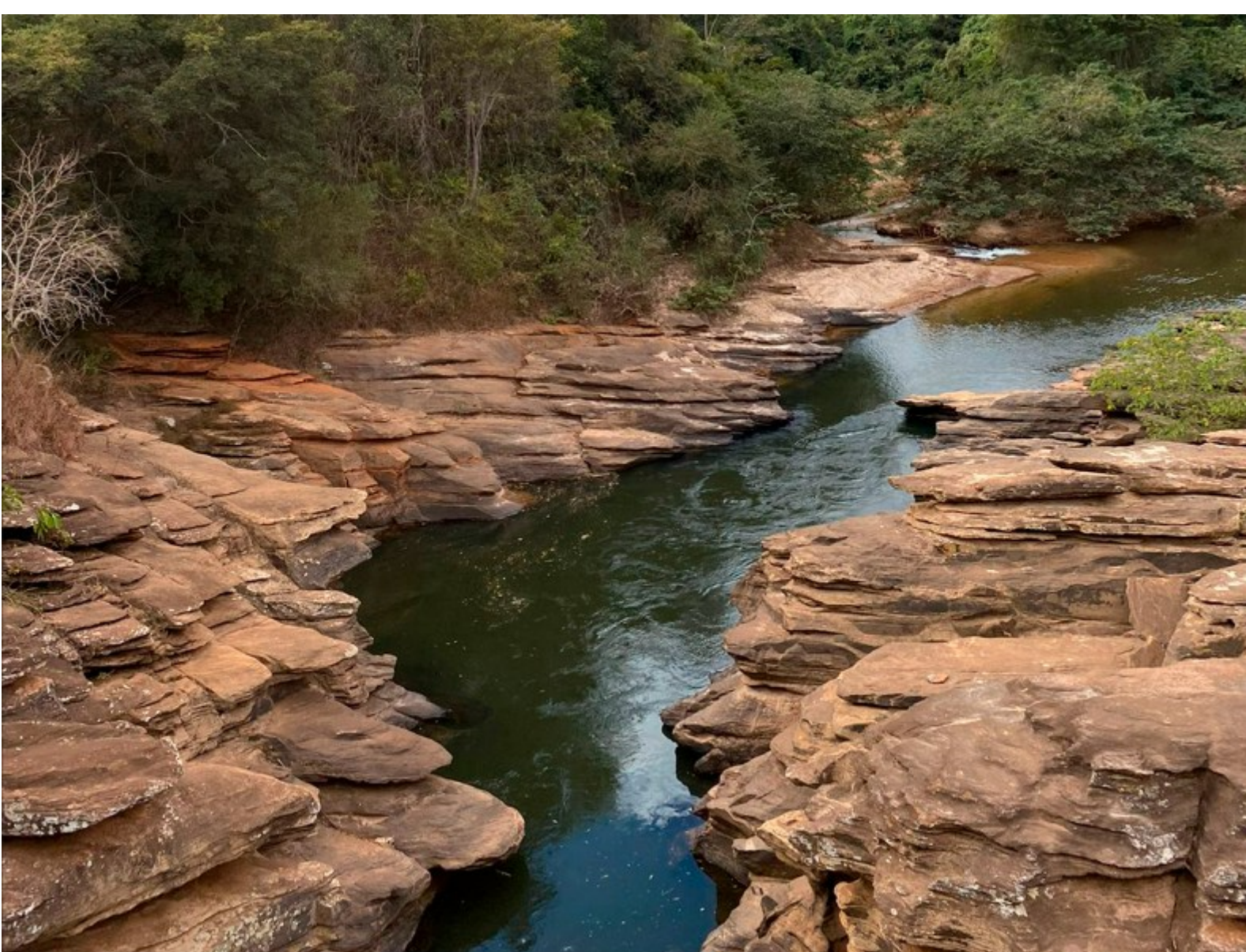
Navegação	4T25	4T24	Δ a/a	3T25	Δ t/t	2025	2024	Δ a/a
Receita Líquida	64.077	61.626	+4,0%	67.901	-5,6%	249.476	274.999	-9,3%
(-) Custo dos Serviços Prestados sem Depreciação	(40.734)	(38.356)	+6,2%	(45.069)	-9,6%	(161.887)	(184.111)	-12,1%
(-) G&A sem Depreciação	(10.031)	(8.937)	+12,2%	(9.380)	+6,9%	(35.681)	(31.614)	+12,9%
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais ²	3.911	7.969	-50,9%	5.053	-22,6%	35.830	26.297	+36,3%
EBITDA¹	17.223	22.302	-22,8%	18.505	-6,9%	87.738	85.571	+2,5%
(+) Novo AFRMM Gerado	6.530	7.483	-12,7%	5.534	+18,0%	25.975	26.345	-1,4%
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(5.100)	(5.243)	-2,7%	(5.099)	0,0%	(19.988)	(24.234)	-17,5%
(+/-) Não Recorrente	1.189	(2.726)	-	46	+2.484,8%	(8.342)	(2.063)	+304,4%
EBITDA Ajustado¹	19.842	21.816	-9,0%	18.986	+4,5%	85.383	85.619	-0,3%

1- Métrica de EBITDA não revisada pelos auditores independentes. A consolidação das empresas do ramo de navegação considera as eliminações de lançamentos intercompany.

O EBITDA ajustado alcançou R\$ 19,8 milhões no 4T25, correspondendo a uma margem de 31,0%, redução de 4,4p.p. ano/ano. O aumento dos custos e das despesas gerais & administrativas, em especial com pessoal, bem como a menor geração de AFRMM afetaram a margem EBITDA ajustada no período. No acumulado do ano, o EBITDA ajustado foi de R\$ 85,4 milhões, margem de 34,2%, correspondendo a evolução anual de 3,1p.p.. Contribuíram positivamente o aumento das taxas diárias, bem como a contabilização da receita decorrente da multa em função da rescisão antecipada do contrato da operação de *bunkering* por parte de um cliente (R\$ 7,5 milhões) no segundo trimestre de 2025.

O aumento das receitas não recorrentes em 2025 foi devido também a alienação de embarcações que se encontravam fora de operação da controlada CNA, que gerou um ganho líquido de R\$ 8,7 milhões. Vale ressaltar que essa receita extraordinária não foi considerado para o cálculo do EBITDA Ajustado.





4T 2025

MINERAÇÃO **MORRO DO PILAR**

MOPI: MINERAÇÃO



Destaques do Projeto

O Projeto Morro do Pilar (MOPI) tem por finalidade a produção de 25 milhões de toneladas por ano de minério de ferro de alto teor, matéria-prima essencial para a produção do aço verde.

Está localizado em região de baixa densidade populacional do Estado de Minas Gerais, no município de Morro do Pilar, cujo dados divulgados no Censo IBGE 2022 apontam para 3.133 habitantes ou 6,56 habitantes por km².

O projeto está baseado no Technical Report elaborado pela empresa SRK Consulting em 2014, que apresentava o total de 1,64 bilhão de toneladas de recursos certificados, sendo 1,33 bilhão de toneladas de recursos medidos e indicados e 0,31 bilhão de toneladas de recursos inferidos, seguindo os padrões do Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum (CIM) de 27 de novembro de 2010 e o Canadian National Instrument Form 43-101F (Form NI 43-101F).

O protocolo do requerimento da Licença de Instalação (LI) foi realizado em agosto de 2019 e atualizado em outubro de 2021, com a inclusão da filtragem e empilhamento da totalidade dos rejeitos, eliminando a utilização de barragens, além do faseamento do projeto. Estas atualizações permitiram a sua adequação às melhores práticas ambientais existentes, além de reduzir o investimento e o prazo necessários para o início das operações. O Projeto MOPI foi classificado como prioritário pela Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (INVEST MINAS), e por esta razão, o licenciamento ambiental está tramitando na Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI), subordinada à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).



Testemunho



Projeto Direct Shipping Ore - DSO

A 1ª fase do Projeto MOPI, denominada DSO (Direct Shipping Ore), foi idealizada com o objetivo de reduzir o investimento e o prazo de implantação necessários para o início das operações. Essa fase consiste no processamento simplificado de 20 milhões de toneladas de hematita friável certificadas, localizadas no Pit Norte, sem a utilização de água e/ou barragens de rejeitos. Além desses recursos, a área também contém aproximadamente 10 milhões de toneladas de canga, que potencialmente poderão ser convertidas em produto com qualidade satisfatória.

Direct Shipping Ore - DSO (Fase 1 do Projeto MOPI)

Licenciamento Ambiental

Como o Projeto DSO está localizado na mesma Área Diretamente Afetada (ADA) e seu volume de recursos já era parte do Projeto MOPI, o processo de licenciamento avançará com o atual pedido da LI para o projeto como um todo. Após a emissão da LI e instalação da planta do DSO, a Companhia solicitará uma Licença de Operação (LO) parcial do DSO. A implantação das estruturas e da planta de beneficiamento das fases seguintes do Projeto MOPI já estarão autorizadas por esta LI e serão alvo então de futuros pedidos de LO.

Volume de produção e produto

O volume de produção planejado para o Projeto DSO é de até 5 milhões de toneladas por ano de produto final, minério de ferro fino, com teor de 63,1% de Fe.

Logística

A logística para o escoamento do produto da fase DSO será pelo modal rodoviário.

Investimento (Capex)

O Capex estimado pela Companhia para a implantação completa do Projeto DSO é de US\$50 milhões.

Lito	Massa (Mt)	% Fe	% SiO ₂	% Al ₂ O ₃	% LoI
Total DSO	20.7	63.1	6.33	2.04	1.08

Pellet feed - 25 Mtpa (Fase 2 do Projeto Morro do Pilar)

A segunda etapa do projeto prevê o processamento e tratamento de ROM para a produção de 25 milhões de toneladas por ano de concentrado de alto teor (pellet feed), com aproximadamente 68,5% de ferro.

Logística das Fases 2 e 3 do Projeto Morro do Pilar

Frente às mudanças promovidas pelo Governo Federal no marco regulatório das ferrovias, a MOPI identificou alternativas logísticas para o escoamento do minério de ferro da segunda etapa de seu empreendimento. No biênio 2022 e 2023, foram assinados contratos de adesão para a construção de dois trechos ferroviários, com prazo de vigência de noventa e nove anos. O primeiro trecho conectando a MOPI à Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM), em uma distância de aproximadamente 100 km entre os municípios mineiros de Morro do Pilar e Nova Era. O segundo trecho, entre os municípios de Colatina e Linhares, no Espírito Santo, ligando a EFVM ao terreno localizado na zona costeira do município de Linhares (ES), de propriedade da nossa subsidiária CDNC, uma área propícia à construção de um porto próprio.

Outros *players* relevantes também requisitaram autorizações para construção de novos trechos que poderão ser utilizados como alternativas de escoamento da produção da MOPI. Nesse contexto, a mineradora Vale, concessionária da EFVM, solicitou um trecho ligando a EFVM à Serra da Serpentina, localizada na região limítrofe à área do projeto MOPI.



MOPI - Projeto Morro do Pilar

Investimentos Realizados

O Projeto Morro do Pilar contou com investimentos na ordem dos US\$ 800MM desde o seu início, sendo uma parte relevante desses investimentos realizada quando o ativo estava sob gestão de seu controlador fundador, a Manabi.

Destaca-se que todo o investimento realizado teve como fonte o Capital Próprio (Equity) da Companhia, estando o ativo desvinculado de dívidas contraídas com terceiros.

Composição do investimento:

- Direitos Minerários (US\$ 400 milhões);
- Engenharia, estudos ambientais e estrutura administrativa (US\$ 200 milhões);
- Geologia (US\$ 150 milhões)
- Aquisição do terreno para construção do Porto em Linhares (ES), engenharia e licenciamento (US\$ 50 milhões).

O processo de licenciamento ambiental tem avançado, com otimizações no projeto visando aumento da segurança operacional, que agora inclui a filtragem e empilhamento da totalidade de seus rejeitos, eliminando a utilização de barragens.

A Companhia segue implementando as atividades necessárias para a consecução dos marcos relacionados ao licenciamento de instalação do Projeto MOPI, mantendo ainda o estreito acompanhamento junto aos órgãos responsáveis pela concessão da licença de instalação.



4T 2025



Performance 4T 2025



Resultado 4T 2025 (03 meses)	Navegação	Mineração	Consolidado
Receita Líquida	64.077	-	64.077
(-) Custo dos Serviços sem Depreciação	(40.734)	-	(40.734)
(-) G&A sem Depreciação	(10.031)	(2.806)	(12.837)
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	3.911	(3.020)	891
EBITDA	17.223	(5.826)	11.397
(+) Novo AFRMM Gerado	6.530	-	6.530
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(5.100)	-	(5.100)
(+/-) Não Recorrente	1.189	3.020	4.209
EBITDA Ajustado¹	19.842	(2.806)	17.036
Depreciação/Amortização			(12.430)
(-) Novo AFRMM Gerado			(6.530)
Receitas Financeiras			2.387
Despesas Financeiras			(18.405)
Variação Cambial			(256)
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)			5.100
(+/-) Não Recorrente			(4.209)
Imposto de Renda e Contribuição Social			(2.539)
Resultado Líquido			(19.846)

A atividade de Navegação inclui as operações de navegação da Controladora, além das investidas Columbus, CNA e Asgaard Bourbon, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC. A consolidação dos segmentos considera eliminação de lançamentos intercompany.

1- Métrica de EBITDA não revisada pelos auditores independentes.

Performance 2025



Resultado 2025 (12 meses)	Navegação	Mineração	Consolidado
Receita Líquida	249.476	-	249.476
(-) Custo dos Serviços sem Depreciação	(161.887)	-	(161.887)
(-) G&A sem Depreciação	(35.681)	(12.112)	(47.793)
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	35.830	(1.988)	33.842
EBITDA	87.738	(14.100)	73.638
(+) Novo AFRMM Gerado	25.975	-	25.975
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(19.988)	-	(19.988)
(+/-) Não Recorrente	(8.342)	1.988	(6.354)
EBITDA Ajustado¹	85.383	(12.112)	73.271
Depreciação/Amortização			(49.343)
(-) Novo AFRMM Gerado			(25.975)
Receitas Financeiras			6.402
Despesas Financeiras			(68.459)
Variação Cambial			872
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)			19.988
(+/-) Não Recorrente			6.354
Imposto de Renda e Contribuição Social			(7.461)
Resultado Líquido			(44.351)

A atividade de Navegação inclui as operações de navegação da Controladora, além das investidas Columbus, CNA e Asgaard Bourbon, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC. A consolidação dos segmentos considera eliminação de lançamentos intercompany.

1- Métrica de EBITDA não revisada pelos auditores independentes.



Resultados Consolidados



MLog Consolidado	4T25	4T24	Δ a/a	3T25	Δ t/t	2025	2024	Δ a/a
Receita Líquida	64.077	61.626	+4,0%	67.901	-5,6%	249.476	274.999	-9,3%
(-) Custo dos Serviços sem Depreciação	(40.734)	(38.356)	+6,2%	(45.069)	-9,6%	(161.887)	(184.111)	-12,1%
(-) G&A sem Depreciação	(12.837)	(15.833)	-18,9%	(13.625)	-5,8%	(47.793)	(46.166)	+3,5%
(+/-) Outras Receitas (Desp.) Operacionais ²	891	7.547	-88,2%	7.012	-87,3%	33.842	26.426	+28,1%
EBITDA¹	11.397	14.984	-23,9%	16.219	-29,7%	73.638	71.148	+3,5%
(+) Novo AFRMM Gerado	6.530	7.483	-12,7%	5.534	+18,0%	25.975	26.345	-1,4%
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(5.100)	(5.243)	-2,7%	(5.099)	0,0%	(19.988)	(24.234)	-17,5%
(+/-) Não Recorrente	4.209	(2.304)	-	(1.913)	-	(6.354)	(2.192)	+189,9%
EBITDA Ajustado¹	17.036	14.920	+14,2%	14.741	+15,6%	73.271	71.067	+3,1%
Depreciação/Amortização	(12.430)	(12.523)	-0,7%	(14.365)	-13,5%	(49.343)	(52.792)	-6,5%
(-) Novo AFRMM Gerado	(6.530)	(7.483)	-12,7%	(5.534)	+18,0%	(25.975)	(26.345)	-1,4%
Receitas Financeiras	2.387	392	+508,9%	1.848	+29,2%	6.402	1.962	+226,3%
Despesas Financeiras	(18.405)	(8.554)	+115,2%	(20.819)	-11,6%	(68.459)	(39.461)	+73,5%
Variação Cambial	(256)	(11.878)	-97,8%	1.234	-120,7%	872	(19.245)	-
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	5.100	5.243	-2,7%	5.099	0,0%	19.988	24.234	-17,5%
(+/-) Não Recorrente	(4.209)	2.304	-282,7%	1.913	-320,0%	6.354	2.192	+189,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.539)	(1.590)	+59,7%	(266)	+854,5%	(7.461)	(2.682)	+178,2%
Resultado Líquido	(19.846)	(19.169)	+3,5%	(16.149)	+22,9%	(44.351)	(41.070)	+8,0%

A atividade de Navegação inclui as operações de navegação da Controladora, além das investidas Columbus, CNA e Asgaard Bourbon, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC. A consolidação dos segmentos considera eliminação de lançamentos intercompany.

1- Métrica de EBITDA Ajustado não revisada pelos auditores independentes.

2- Parte significativa da conta "Outras receitas e despesas operacionais" corresponde ao reconhecimento no 2T25, pela empresa CNA, do montante referente ao ganho com a alienação de embarcações que se encontravam fora de operação (R\$ 8,7 milhões) e da contabilização de receita referente a multa em função da rescisão antecipada do contrato da operação de bunkering por parte de um cliente (R\$ 7,5 milhões).

Informações contábeis consolidadas



RECEITA LÍQUIDA

A MLog apresentou receita líquida consolidada de R\$ 64.077 no quarto trimestre de 2025, crescimento de 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 249.476 em 2025, correspondendo a uma queda anual de 9,3%, refletindo a menor taxa de operacionalidade em função principalmente das inoperâncias da embarcação Geonísio Barroso, bem como o fim do contrato de *bunkering* no primeiro semestre de 2025, o menor volume transportado na unidade de navegação fluvial e o fato da operação offshore ter operado com quatro embarcações, após o fim do contrato de uma embarcação afretada de terceiros em setembro de 2024. O aumento das taxas diárias diluíram parte dos efeitos negativos no período.

EBITDA AJUSTADO

O EBITDA ajustado da MLog alcançou R\$ 17.036 no quarto trimestre de 2025, correspondendo a uma margem de 26,6%, aumento de 2,4p.p. ano/ano.

Em 2025, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 73.271, crescimento anual de 3,1% ano contra ano. A margem EBITDA Ajustada anual foi de 29,4%, 3,5 p.p. superior a verificada no ano anterior. O aumento das taxas diárias, bem como a contabilização da receita decorrente da multa em função da rescisão antecipada do contrato da operação de *bunkering* por parte de um cliente (R\$ 7,5 milhões) no segundo trimestre de 2025, contribuíram positivamente para a margem do período.

RESULTADO DO PERÍODO

A MLog apresentou prejuízo líquido consolidado de R\$19.846 no quarto trimestre de 2025, montante levemente superior ao prejuízo de R\$19.169 no mesmo período de 2024. O prejuízo apresentado é explicado, principalmente, pelo resultado financeiro negativo devido ao serviço da dívida (R\$ 16.274).

Em 2025, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 44.351 (versus -R\$41.070, em 2024). As despesas financeiras líquidas, que alcançaram R\$61.185, consumiram a lucratividade operacional do período.

Informações contábeis consolidadas



CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia encerrou dezembro de 2025 com uma posição consolidada em caixa e equivalente caixa de R\$ 32.352 (versus R\$ 25.595, em dezembro de 2024). Desse montante, R\$ 5.477 correspondem ao saldo em aplicação vinculada a garantias de empréstimos, contabilizado no ativo não circulante.

O aumento da disponibilidade é explicado pelo caixa gerado pelas atividades operacionais e novas captações realizadas no período.

AFRMM

A Companhia encerrou dezembro de 2025 com R\$ 16.021 referentes ao saldo de depósitos de AFRMM em conta vinculada, crescimento consistente quando comparado com mesmo período de 2024 que era de R\$6.430.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia encerrou dezembro de 2025 com um total de empréstimos de R\$ 223.748, aumento de 26,8% em comparação ao encerramento de 2024, totalmente em moeda nacional. Em torno de 58,8% desse montante está alocado no passivo não circulante (versus 71,7%, em dezembro de 2024).

Cabe mencionar, ainda, a existência de passivos relacionados às obrigações assumidas para aquisição de investimentos (R\$ 45.844) e o mútuo com partes relacionadas (R\$ 250), detalhados a seguir.

OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

Os valores a pagar referentes à aquisição da CNA são contabilizados como Obrigações por Aquisição de Investimentos. Os Bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 65% do total dos créditos, com os demais pertencentes a diversos credores que originalmente eram debenturistas do Grupo Libra. O total das Obrigações por Aquisição de Investimentos era de R\$ 45.844, em dezembro de 2025 (versus R\$ 49.709, em dezembro de 2024).

Informações contábeis consolidadas



DÍVIDA LÍQUIDA (ALAVANCAGEM)

R\$ mil	4T25	3T25	Δ t/t	4T24	Δ a/a
Empréstimos & Financiamentos	223.748	232.006	-3,6%	176.510	+26,8%
Passivo Circulante	92.267	80.732	+14,3%	49.963	+84,7%
Passivo Não Circulante	131.481	151.274	-13,1%	126.547	+3,9%
Obrigações na Aquisição de Investimentos	45.844	46.781	-2,0%	49.709	-7,8%
Parte Relacionadas	250	5.123	-95,1%	5.099	-95,1%
Dívida Bruta Total	269.842	283.910	-5,0%	231.318	+16,7%
Caixa e Equivalente de caixa	32.352	54.308	-40,4%	25.595	+26,4%
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	26.875	48.038	-44,1%	19.826	+35,6%
Aplicações Financeiras Restritas	5.477	6.270	-12,7%	5.769	-5,1%
Dívida Líquida	237.490	229.602	+3,4%	205.723	+15,4%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (x)	3,24	3,23	+0,01	2,89	+0,35

A Companhia encerrou 2025 com uma dívida líquida de R\$ 237.490, aumento de 15,4% em relação ao ano anterior. Todavia, o efeito no nível de endividamento foi limitado (+0,35p.p, ano/ano), compensado parcialmente melhor desempenho operacional no período, medido pelo conceito do EBITDA Ajustado (+3,1% ano/ano).

Os recursos captados com instituições financeira ao longo de 2025 suportaram, principalmente, os desembolsos com investimentos em modernização da frota e gastos com serviço da dívida.

ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES

Com a maior parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados a MOPI, o balanço patrimonial consolidado da Companhia, em dezembro de 2025, reflete passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 114.126 (versus R\$ 86.558, em dezembro de 2024). Adicionalmente, as informações contábeis individuais e consolidadas refletem prejuízos acumulados de R\$ 499.196, em dezembro de 2025 (versus R\$ 463.289, em dezembro de 2024).

ESTRUTURA DE CAPITAL

A Companhia fechou dezembro de 2025 com um passivo total de R\$ 683.541, sendo 35,3% no circulante e o remanescente no não circulante. Entretanto, parte significativa desse montante é referente às Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM (no valor de R\$ 207.997), que embora estejam reconhecidas no passivo, não representam efetivamente obrigação de pagamento pela Companhia. A existência desse valor está relacionada à forma de contabilização de subsídios governamentais, conforme determinado pelo CPC 07 (R1).

Se expurgarmos o valor das subvenções governamentais a apropriar - AFRMM, o total do passivo circulante e não circulante da Companhia teria se situado em torno de R\$ 475.544, em dezembro de 2025, equivalente a 37,1% do total de ativos e 79,6% do Patrimônio Líquido.

Informações contábeis consolidadas



CONTINUIDADE OPERACIONAL

As informações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirão cumprir suas obrigações de pagamentos, principalmente aquelas decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos.

A situação de liquidez e prejuízos acumulados é reflexo de parte significativa dos ativos da Companhia estarem em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, além de compromissos de curto prazo relacionados aos valores a pagar pela aquisição da CNA. Adicionalmente, houve aumento de desembolsos com fornecedores, proveniente das docagens dos AHTS Haroldo Ramos, em 2023, além do Geonísio Barroso e Yvan Barretto, em 2024. Esses eventos foram suportados pela geração de caixa da Companhia, além de captações via empréstimos.

A Companhia vem renegociando, com os seus principais credores, os valores a pagar pela aquisição da CNA obtendo o reescalonamento de seu passivo, tendo em 31 de dezembro de 2025 parte significativa deste passivo renegociado em condições mais favoráveis em relação à dívida original. A estratégia financeira da Companhia, a execução de seu plano de negócios com foco em geração de caixa de suas atividades de navegação, combinada com a conversão de AFRMM em caixa livre, além de alternativas em avaliação pela Administração para o levantamento de capital adicional que podem, inclusive, considerar a renegociação e alongamento de dívidas já existentes, são medidas fundamentais para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Os eventos e condições descritos acima indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver sucesso nas medidas descritas acima e, por consequência, condições de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos: (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis; e (ii) no cumprimento com certos passivos financeiros pelos valores reconhecidos em suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Informações contábeis consolidadas



EVENTO SUBSEQUENTE

Inoperância temporária das embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto

- Em 21 de dezembro de 2025, a embarcação Geonísio Barroso, em contrato com a Petrobras, apresentou intercorrência mecânica que demandou reparo com substituição de peças importadas, estando a embarcação inoperante desde então. O retorno da embarcação para operação está planejado para abril de 2026, representando uma renúncia de receita prevista na ordem dos R\$ 23.500, dos quais estima-se o reembolso do seguro de lucros cessantes no valor de R\$ 4.000, estimando-se assim uma perda de receita líquida na ordem de R\$ 13.000 no primeiro semestre de 2026.
- Em 30 de janeiro 2026, a embarcação Yvan Barretto, em contrato com a Petrobras, apresentou intercorrência mecânica que demandou reparo com substituição de peças importadas, estando a embarcação inoperante desde então. O retorno da embarcação para operação está planejado para abril de 2026, representando uma renúncia de receita prevista na ordem dos R\$ 18.500, dos quais estima-se o reembolso do seguro de lucros cessantes o valor de R\$ 4.000, estimando-se assim uma perda de receita líquida na ordem de R\$ 7.000 no primeiro semestre de 2026.
- Ademais espera-se que o seguro de casco e máquinas faça o ressarcimento de parte significativa dos investimentos em peças e serviços necessários para retorno das embarcações às suas atividades, investimentos estes quantificados por hora em R\$ 20.000. No total, estima-se o reembolso de cerca de R\$ 22.000.

Em decorrência dos eventos acima listados, e como medida de preservação de caixa, a Companhia:

- a) Está em trâmites avançados de alienação do terreno pertencente a sua controlada CDNC em Linhares, Espírito Santo, pelo montante de R\$ 18.000. Este ativo não tem geração de caixa ou serve de garantia/aval a nenhuma dívida.
- b) Solicitou aos credores financeiros a suspensão temporária do pagamento de dívidas, sem respostas formais até o momento.

Informações contábeis consolidadas



EVENTO SUBSEQUENTE (CONTINUAÇÃO)

Aumento de participação de investimentos

- Em 6 de fevereiro de 2026, a MLog S.A. celebrou contrato para aquisição da totalidade da participação detida pela Bourbon Offshore Marítima Ltda. na Asgaard Bourbon Navegação S.A.. A Operação foi submetida à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que proferiu decisão favorável sem restrições em 2 de março de 2026. Transcorrido o prazo de 15 dias sem a interposição de recursos por terceiros ou membro do Tribunal do CADE, MLog e Bourbon concluíram os atos de fechamento da Operação em 20 de março de 2026.

Captação de empréstimos e financiamentos

- Em 11 de fevereiro de 2026, a CNA contraiu um empréstimo de longo prazo, pelo período de vinte e quatro meses, no valor de R\$ 10.000 junto a instituição bancária. Esta captação de recursos tem como propósito aumentar a disponibilidade de caixa. A garantia utilizada foi o contrato com a Petrobrás da embarcação Geonisio Barroso e não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras.
- Em 06 de março de 2026, a NSN contraiu um empréstimo (nota comercial) de longo prazo no valor de R\$ 4.000 junto a instituição financeira, pelo prazo de dezenove meses. Esta captação de recursos tem como propósito aumentar a disponibilidade de caixa, e a garantia utilizada foi o contrato com a Petrobrás da embarcação Haroldo Ramos. Não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras.

Mercado de Capitais e Governança Corporativa



A MLog é uma companhia aberta, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho de Administração da Companhia, reeleito na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 30 de abril de 2025, é composto atualmente por quatro membros, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição. São atuais membros desse Conselho: Luiz Claudio de Souza Alves (Presidente), Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda (Vice-presidente), Álvaro Piquet e Otavio Paiva.

Ainda em 30 de abril de 2025, o Conselho de Administração da Companhia reelegera a Diretoria para um mandato a se encerrar após a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. A atual Diretoria é composta por Antonio Frias Oliva Neto (Diretor Presidente, Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores), Camila Pinto Barbosa de Oliveira (Diretora Jurídica e de Compliance) e Yury Gazen Dimas (Diretor de Controladoria).

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possam surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, nos regulamentos da B3 S.A., nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Mercado de Capitais e Governança Corporativa



INFORMAÇÕES SOBRE EQUIDADE PREVISTAS NA LEI Nº 15.177/2025

A MLog pauta suas práticas de gestão de pessoas no respeito à diversidade, à inclusão e à igualdade de oportunidades, princípios previstos no Código de Conduta Ética da Companhia. Nesse contexto, busca promover tratamento equitativo e acesso às oportunidades de desenvolvimento profissional a todos os colaboradores.

Em atendimento ao disposto na Lei nº 15.177/25, as informações relativas à participação feminina na força de trabalho da Companhia, à presença de mulheres em cargos de administração e à comparação de remuneração entre gêneros serão apresentadas no âmbito da Assembleia Geral Ordinária (AGO), em conjunto com os demais documentos relativos às demonstrações financeiras do exercício, os quais também serão disponibilizados aos acionistas e ao mercado nos termos da regulamentação aplicável.

Audidores Independentes

Em atendimento à resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, a Companhia informa que o Conselho de Administração, em reunião realizada em 02 de julho de 2025, aprovou a contratação da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("Grant Thornton") para prestar os serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações contábeis da Companhia. Ressalta, ainda, que os auditores independentes supracitados não prestaram, desde a sua contratação, serviços não relacionados à auditoria externa.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.

A Administração

Relações com Investidores

Antonio Frias Oliva Neto

CEO/IR Officer

Contato

ri@mlog.com.br

Telefone: +55 21 3248 4800

www.ir.mlog.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
MLOG S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da MLOG S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MLOG S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ágio fundamentado em rentabilidade futura, do ativo imobilizado e do ativo intangível

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 9 e 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas efetuam análises para suportar os valores recuperáveis do ágio, no montante de R\$65.768 mil, do ativo imobilizado, líquidos de depreciação no montante de R\$97.903 mil (individual) e R\$ 282.948 mil (consolidado), ativo intangível, no montante de R\$ 303.606 mil (referente gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção), e do ativo intangível adquirido em combinação de negócios de controlada no montante no montante de R\$ 472.791 mil. Para realizar tais avaliações, a administração utiliza modelos que consideram estimativas de rentabilidades futuras, com base em projeções de fluxos de caixa preparadas pela administração com base em julgamento e suportadas pelo plano de negócios e orçamento, aprovados pelos órgãos de governança. Devido à relevância dos valores envolvidos, somado ao fato de que a utilização de diferentes premissas pode alterar de forma significativa as perspectivas de recuperação desses ativos e a eventual necessidade de registro de ajuste por redução ao valor recuperável (com consequente impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas), este tema foi considerado uma área de risco e, portanto, um principal assunto de auditoria em nossa auditoria do exercício corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, dentre outros:

- a revisão e entendimento dos controles internos desenhados e implementados pela Companhia em relação à elaboração e revisão dos testes de redução ao valor recuperável dos ativos;
- avaliação das análises preparadas pela administração, com o auxílio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado na avaliação da administração, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como avaliação da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros mediante a comparação com orçamentos aprovados pela Diretoria Executiva e premissas e dados de mercado (como receita de vendas e custos de commodities), além das taxas de desconto e de crescimento da perpetuidade consideradas;
- discussão com a administração sobre o plano de negócios;
- a verificação da acuracidade dos cálculos matemáticos das referidas projeções;
- desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas;
- avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estas foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante da Companhia excedia o ativo circulante nos montantes de R\$ 59.448 mil (controladora) e R\$ 114.126 mil (consolidado), com prejuízo no exercício nos montantes de R\$ 35.907 mil (controladora) e R\$ 44.351 (consolidado). Esses eventos e condições, em conjunto com outros fatores descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 2.2. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 28 de março de 2025, não continha modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

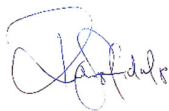
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Rodrigo Souza Fidalgo
Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

MLog S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e em 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	2.503	1.186	26.875	19.826
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	5	-	-	16.021	6.430
Contas a receber de clientes	6	2.469	13.774	23.399	25.360
Retenções contratuais de clientes		-	-	-	9.421
Dividendos a receber	8	12.435	-	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	14	-	77	-	-
Adiantamentos a fornecedores		2.726	2.847	15.367	18.654
AFRMM para liberação	5	-	-	20.397	24.427
Estoques		-	-	690	304
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	111	103	15.195	18.230
Outros impostos a recuperar	7	-	-	2.212	2.526
Despesas antecipadas		235	196	4.408	3.824
Outros créditos		5	23	2.935	3.528
Total do ativo circulante		20.484	18.206	127.499	132.530
Não circulante					
Aplicação vinculada	4.2	-	-	5.477	5.769
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	14	163	3.568	-	-
Bloqueios judiciais		54	54	54	54
Partes relacionadas	14	83.809	49.483	3.125	2.403
Depósitos judiciais		15	15	245	345
Retenções contratuais de clientes		-	-	5.543	1.941
Outros impostos a recuperar	7	-	-	5.986	6.395
Outras contas a receber		-	-	1.267	225
Direitos na transação negocial		-	-	97	5
Investimentos	8	972.204	949.430	-	-
Imobilizado	9	97.903	122.772	282.948	291.505
Direito de uso	10	-	-	-	3.602
Intangível	11	3	47	848.572	844.945
Total do ativo não circulante		1.154.151	1.125.369	1.153.314	1.157.189
Total do ativo		1.174.635	1.143.575	1.280.813	1.289.719

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e em 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo	Notas				
Circulante					
Fornecedores	15	666	782	38.025	59.759
Empréstimos e financiamentos	16	48.219	11.130	92.267	49.963
Obrigações sociais e trabalhistas		270	1.113	13.298	21.967
Arrendamentos a pagar	10	-	-	-	4.808
Imposto de renda e contribuição social a recolher		941	986	8.294	3.551
Outros impostos a recolher	12	13.925	11.211	44.147	37.460
Tributos diferidos	13	369	434	369	434
Provisões para contingências e operacionais	20	9	319	20.683	18.592
Obrigações na aquisição de investimentos	17	12.473	12.810	12.473	12.810
Acordos judiciais a pagar		2.808	5.486	2.808	5.486
Outras contas a pagar		252	8.928	9.261	4.258
Total do passivo circulante		79.932	53.199	241.625	219.088
Não circulante					
Fornecedores	15	-	-	909	225
Empréstimos e financiamentos	16	98.708	106.943	131.481	126.547
Arrendamentos a pagar	10	-	-	-	141
Partes relacionadas	14	289.765	267.382	250	5.099
Outros impostos a recolher	12	8.013	3.186	43.561	34.116
Obrigações na transação negocial		577	708	-	-
Adiantamentos diversos		-	-	687	736
Tributos diferidos	13	3.551	3.933	3.551	3.933
Provisão para passivo a descoberto	8	35.270	9.511	-	-
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	5	-	-	207.997	201.215
Obrigações na aquisição de investimentos	17	33.371	36.899	33.371	36.899
Acordos judiciais a pagar		4.125	4.576	4.125	4.580
Provisões para contingências e operacionais	20	2.798	2.623	8.177	6.891
Outras contas a pagar		381	564	7.807	8.626
Total do passivo não circulante		476.559	436.325	441.916	429.008
Patrimônio líquido	21				
Capital social		1.109.333	1.109.333	1.109.333	1.109.333
Custos na captação de recursos		(36.464)	(36.464)	(36.464)	(36.464)
Transação de capital		38.809	38.809	38.809	38.809
Prejuízos acumulados		(499.196)	(463.289)	(499.196)	(463.289)
Resultados abrangentes		5.662	5.662	5.662	5.662
Atribuível à participação dos acionistas controladores		618.144	654.051	618.144	654.051
Participação de não controladores		-	-	(20.872)	(12.428)
Total do patrimônio líquido		618.144	654.051	597.272	641.623
Total do passivo e patrimônio líquido		1.174.635	1.143.575	1.280.813	1.289.719

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

MLog S.A.

Demonstrações do Resultado

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 2024

(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por ação que está expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de prestação de serviços	22	48.234	38.811	249.476	274.999
Custos dos serviços prestados	22	(33.391)	(30.948)	(210.972)	(236.570)
Resultado bruto		14.843	7.863	38.504	38.429
Despesas operacionais					
Despesas com pessoal	23	(6.875)	(5.673)	(31.765)	(27.404)
Despesas com serviços prestados		(2.801)	(6.520)	(5.440)	(9.565)
Despesas gerais e administrativas		(1.274)	(1.193)	(7.538)	(7.550)
Depreciação e amortização		(75)	(74)	(258)	(333)
Despesas tributárias		(113)	(99)	(3.050)	(1.647)
Outras receitas (despesas) operacionais					
Equivalência patrimonial de sociedades	8	5.882	1.047	-	-
Subvenção de AFRMM	5	-	-	19.988	24.234
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(2.178)	3.705	13.854	2.192
		(7.434)	(8.807)	(14.209)	(20.073)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		7.409	(944)	24.295	18.356
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	4.125	1.202	9.091	2.411
Despesas financeiras	26	(47.888)	(34.537)	(70.276)	(59.155)
		(43.763)	(33.335)	(61.185)	(56.744)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(36.354)	(34.279)	(36.890)	(38.388)
Imposto de renda e contribuição social	13				
Correntes		-	-	(7.908)	(3.191)
Diferidos		447	509	447	509
Prejuízo do exercício		(35.907)	(33.770)	(44.351)	(41.070)
Prejuízo do exercício					
Acionistas controladores				(35.907)	(33.770)
Acionistas não controladores				(8.444)	(7.300)
				(44.351)	(41.070)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	21	(15,57)	(14,64)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(35.907)	(33.770)	(44.351)	(41.070)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(35.907)</u>	<u>(33.770)</u>	<u>(44.351)</u>	<u>(41.070)</u>
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores			(35.907)	(33.770)
Acionistas não controladores			<u>(8.444)</u>	<u>(7.300)</u>
			<u>(44.351)</u>	<u>(41.070)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Referentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	(-) Custos na captação de recursos	Ações em tesouraria	Transações de capital	Prejuízos acumulados	Resultados abrangentes	Controladora	Participações de acionistas não controladores	Consolidado
Notas	21	21		21		21			
Em 31 de dezembro de 2023	1.276.193	(36.464)	(128.051)		(429.519)	5.662	687.821	(5.128)	682.693
Redução de capital por caducidade de ações	(166.860)	-	128.051	38.809	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(33.770)	-	(33.770)	(7.300)	(41.070)
Em 31 de dezembro de 2024	1.109.333	(36.464)	-	38.809	(463.289)	5.662	654.051	(12.428)	641.623
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(35.907)	-	(35.907)	(8.444)	(44.351)
Em 31 de dezembro de 2025	1.109.333	(36.464)	-	38.809	(499.196)	5.662	618.144	(20.872)	597.272

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 2024

(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(35.907)	(33.770)	(44.351)	(41.070)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	22	33.466	31.022	47.500
Amortização de embarcações afretadas	22	-	-	1.844
Juros sobre embarcações afretadas	10	-	-	139
Receita de baixa de embarcações afretadas	-	-	(945)	-
Baixa de imobilizado	9	-	1.113	2.507
Receita na venda de imobilizado	-	-	(10.410)	-
Receita de subvenção de AFRMM	5	-	-	(19.988)
Provisão de custos e despesas operacionais	-	-	2.666	(7.551)
Juros passivos	16 e 17	36.508	8.414	47.480
Juros com partes relacionadas	14	1.930	8.562	12
Variação cambial	25 e 26	220	16.091	(872)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(5.882)	(1.047)	-
Caducidade de dívida	17	(796)	(1.826)	(796)
Tributos diferidos	13	(447)	(509)	(447)
Variações nos ativos e passivos	29.092	28.050	24.339	15.443
Outras contas a receber	-	-	851	(29)
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar	(8)	(7)	3.758	(5.758)
Retenções contratuais	-	-	5.819	-
Estoques	-	-	(386)	74
Despesas antecipadas	(39)	30	(1.847)	(1.549)
Outros créditos	18	(6)	593	(1.813)
Contas a receber de clientes	11.305	(3.745)	1.961	2.123
Adiantamentos à fornecedores	121	(1.693)	3.287	(12.868)
Obrigações na transação negocial	(131)	-	-	-
AFRMM (ativo e passivo líquido)	-	-	21.110	23.801
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	100	(62)
Contas a receber de partes relacionadas	77	8	-	-
Fornecedores	(116)	(15)	(13.704)	6.116
Obrigações sociais e trabalhistas	(118)	198	(7.946)	5.599
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recolher	6.771	5.214	20.584	26.394
Acordos judiciais a pagar	(3.129)	(4.899)	(3.133)	(4.899)
Adiantamentos diversos e outras contas a pagar	(8.859)	5.801	4.796	15.659
Provisões para contingências e operacionais	(135)	2.699	(5.346)	6.526
Caixa e equivalentes de caixa líquidos antes do pagamento de juros e impostos pagos	34.849	31.635	54.836	74.757
Imposto de renda e contribuições sociais pagos	-	-	(437)	(1.762)
Juros pagos	16	(26.745)	(1.368)	(38.193)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais	8.104	30.267	16.206	57.807
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	(163)	(39)	-
Aquisições de imobilizado	9	(8.553)	(22.853)	(41.404)
Venda de ativo imobilizado	-	-	9.786	-
Aquisições de intangível	11 e 29	-	-	(4.526)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(8.716)	(22.892)	(36.144)	(42.003)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	16	(8.293)	(30.368)	(75.532)
Aplicação vinculada	-	-	292	(5.769)
Amortização da dívida na aquisição de investimentos	17	(10.905)	(11.423)	(10.905)
Partes relacionadas líquidas	(13.873)	(19.409)	(5.582)	-
Recursos provenientes de novos empréstimos	16	35.000	55.000	121.099
Arrendamentos pagos	10	-	-	(2.385)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	1.929	(6.200)	26.987	1.309
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.317	1.175	7.049	17.113
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.186	11	19.826	2.713
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.503	1.186	26.875	19.826

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais					
Receitas de contrato com cliente	22	53.150	42.766	291.100	314.369
Outras receitas	5 e 24	(2.178)	3.705	13.854	2.192
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(83.193)	(91.734)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.736)	(7.333)	(11.986)	(16.011)
Valor adicionado bruto		47.236	39.138	209.775	208.816
Depreciação e amortização	22	(33.466)	(31.022)	(49.343)	(52.459)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		13.770	8.116	160.432	156.357
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	8	5.882	1.048	-	-
Receitas financeiras	25	4.125	1.202	9.091	2.411
Outras transferências recebidas	5	-	-	19.988	24.234
Valor adicionado a distribuir		23.777	10.366	189.511	183.002
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		5.401	3.903	50.129	59.874
Benefícios		920	934	38.414	34.283
FGTS		117	68	6.224	6.004
		6.438	4.905	94.767	100.161
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		5.006	4.277	57.695	54.345
Estaduais		-	-	7.958	7.900
Municipais		13	35	393	1.491
		5.019	4.312	66.046	63.736
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	24	47.888	34.538	70.276	59.155
Aluguéis		339	381	2.773	1.020
		48.227	34.919	73.049	60.175
Remuneração de capitais próprios					
Prejuízo do exercício		(35.907)	(33.770)	(35.907)	(33.770)
Participação dos não controladores		-	-	(8.444)	(7.300)
Distribuição do valor adicionado		23.777	10.366	189.511	183.002

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A MLog S.A. (“Companhia”), com sede em Rua Lauro Müller, nº 116, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, CEP nº 22.290-160, detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A. (“MOPI”), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (“CDNC”), Dutovias do Brasil S.A. (“Dutovias”), Companhia de Navegação da Amazônia - CNA (“CNA”) e da NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. (“NSN” ou “Columbus”). A MLog possui também participação de 50% na Asgaard Bourbon Navegação S.A. (“ABN”).

A subsidiária CDNC não é operacional, sendo proprietária de um terreno no município de Linhares, no estado do Espírito Santo. As subsidiárias MOPI e Dutovias atuam nos segmentos de mineração. As subsidiárias ABN e CNA atuam no segmento de navegação, por meio de afretamento e operação de embarcações de apoio marítimo para a indústria de óleo e gás, caso da ABN, enquanto a CNA atua no transporte fluvial de granel líquido (petróleo cru, seus derivados e biocombustíveis).

Navegação

A ABN é operadora da embarcação OSRV (*Oil Spill Recovery Vessel*) Asgaard Sophia (“Sophia”), e das embarcações tipo AHTS (*Anchor Handling Tug Supply Vessel*) Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barretto. Atualmente, a frota se encontra integralmente contratada pela Petrobras. O OSRV Asgaard Sophia iniciou a operação de seu contrato renovado em dezembro de 2024, enquanto os AHTS Yvan Barretto e Geonísio Barroso deram início aos seus novos contratos em abril e maio de 2025, respectivamente. O AHTS Haroldo Ramos cumpre seu contrato de 48 (quarenta e oito) meses iniciado em setembro de 2023. Entre os meses de maio e junho de 2024, o AHTS Geonísio Barroso realizou docagem para renovação de classe, requerida para a continuidade de sua prestação de serviços. Em dezembro de 2024, deu-se início a Docagem Especial de 5 (cinco) anos programada do AHTS Yvan Barretto. O período de docagem teve duração aproximada de 30 (trinta) dias.

Em 2022, foi instituído procedimento arbitral sigiloso instaurado pela ABN em face da Petrobras, em razão da não entrega da embarcação BE 808 no prazo acordado contratualmente, tendo em vista a impossibilidade de acordo com a Petrobras. Esse procedimento arbitral teve sua decisão proferida em 19 de janeiro de 2024, em desfavor da Companhia. O valor encontra-se registrado conforme Nota Explicativa nº 20.

Abaixo, demonstrativo das embarcações de grande porte em 31 de dezembro de 2025:

Embarcações	Arrendador/proprietário	Arrendatário
Asgard Sophia	Companhia de Navegação da Amazônia - CNA	Asgard Bourbon Navegação S.A.
Yvan Barretto	MLog S.A.	Asgard Bourbon Navegação S.A.
Geonísio Barroso	MLog S.A.	Asgard Bourbon Navegação S.A.
Haroldo Ramos	MLog S.A.	Asgard Bourbon Navegação S.A.

A lista acima, na data-base de 31 de dezembro de 2025, não inclui mais a embarcação WSSV (*Well Stimulation Support Vessel*) Stim Star Arabian Gulf, que finalizou seu contrato em 6 de setembro de 2024. A Companhia optou por não participar do certame de reconstrução desta embarcação junto à Petrobras, de forma que, no encerramento de seu contrato, a embarcação foi devolvida e sua tripulação em parte desmobilizada. Cabe ressaltar que esta embarcação era a única da frota da ABN que era afretada por terceiro fora do grupo financeiro da MLog.

A CNA opera no transporte de cabotagem de interior de óleo, combustíveis e derivados de petróleo na Região Norte do País. Adquirida em 2016, a CNA vem implementando seu plano de negócios, que inclui a busca por oportunidades de crescimento de suas atividades e atividades complementares, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste do País.

- Em março de 2024, a CNA iniciou uma nova linha de negócios, o *Bunkering* - que consiste na disponibilização de ativos com capacidade de armazenamento de combustível em área abrigada e que abastecem embarcações sem que estas precisem navegar até à costa. A CNA afreta os ativos para que o seu cliente disponibilize combustível às embarcações, sendo a operação de abastecimento também a cargo da CNA. Em maio de 2025, o distrato do contrato foi assinado e a operação foi vertida em serviços de transportes de combustíveis para o mesmo cliente. Ressalta-se que a CNA é autorizada pela Marinha do Brasil a realizar o serviço de *bunkering* em todo o território brasileiro, tanto em águas fluviais quanto na costa oceânica.

Mineração

Quanto ao projeto de extração de minério de ferro denominado “Morro do Pilar”, a Companhia efetuou os estudos e cumpriu com as condicionantes da Licença Prévia (“LP”) necessárias para o protocolo do pedido de Licença de Instalação (“LI”), tendo oficializado o pedido da LI junto aos órgãos governamentais no terceiro trimestre de 2019, conforme Nota Explicativa nº 19. A Companhia vem realizando esforços para a captação dos recursos necessários ao desenvolvimento do projeto.

Criação de Sociedade em Conta de Participação (SCP)

Em 2 de janeiro de 2023, foi criada uma sociedade em conta de participação (SCP) entre a MLog (sócia ostensiva com participação de 99,9% no capital) e sua controlada NSN (sócia participante com participação de 0,1% no capital). Esta SCP tem como objetivo reunir ativos e passivos de navegação, sendo regida por um instrumento particular assinado entre as partes naquela data (Instrumento Particular de Constituição da Sociedade em Conta de Participação).

A SCP é composta de ativos e passivos aportados pela sócia ostensiva, a MLog S.A., no montante líquido de R\$ 5.000, sendo estes:

- 37.999 ações de emissão da Asgaard Bourbon Navegação S.A. (ABN), que correspondem a 50% do capital social desta empresa;
- 2.868 ações de emissão da Companhia de Navegação da Amazônia (CNA), que correspondem à totalidade de seu capital social;
- Embarcações do tipo AHTS denominadas “Yvan Barretto”, “Geonísio Barroso” e “Haroldo Ramos”;
- Dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, oriunda da aquisição dos 3 (três) barcos tipo AHTS supracitados;
- Dívidas com FIDC e outras instituições financeiras, captadas para financiar as recentes docagens das embarcações offshore e suportar a necessidade de capital de giro do Grupo.
- Dívida originada com a aquisição da Companhia de Navegação da Amazônia (CNA); e
- Dívidas com partes relacionadas.

Os ativos e passivos descritos acima foram aportados na SCP pelo seu valor contábil, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2.1(d). A sócia participante, NSN, aportou caixa no montante de R\$ 5.

O objetivo desta SCP é a organização vertical de navegação (apoio *offshore* e navegação interior) do Grupo, reunindo de forma consolidada seus ativos, passivos e, conseqüentemente, o resultado produzido por estes.

A SCP serve de veículo transitório para os ativos e passivos que, por questões regulatórias, estejam impedidos de transferência imediata para a NSN, a qual será realizada na data em que a última dívida que detinha ativos componentes da SCP em garantia seja extinta, liberando todos os ativos originalmente aportados na SCP para serem transferidos para a NSN, deixando a SCP de ter propósito.

A SCP não tem personalidade jurídica e suas operações serão exercidas exclusivamente pela Companhia, inclusive a sua representação ativa e passiva, com plenos poderes de representação perante terceiros.

A distribuição dos resultados desta SCP, de acordo com o instrumento particular que a rege, se dá na proporção de 99% (noventa e nove por cento) para a sócia participante e 1% (um por cento) para a sócia ostensiva. Esta proporção inversa de distribuição do resultado em relação ao capital aportado ocorre por dois motivos:

- 1) Como a NSN foi criada com o propósito de concentrar as atividades de navegação do Grupo, a atribuição de 99% (noventa e nove por cento) do resultado da SCP traduz a dinâmica de agregar o resultado da vertical de navegação (apoio *offshore* e interior) nessa controlada; e
- 2) A MLog (sócia ostensiva) é controladora única da SCP, mesmo que de forma indireta, dado que detém 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento) de forma direta e controla a NSN detentora dos restantes 0,1% (zero vírgula um por cento). Desta forma, a não proporcionalidade da distribuição dos resultados é irrelevante para fins de informação consolidada da Companhia.

A Administração da Companhia já solicitou algumas das anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos, no entanto, até o momento, os pedidos permanecem em análise por parte dos potenciais anuentes sem qualquer resposta definitiva. As anuências a serem providas dependem do encerramento das garantias das embarcações.

Até que as supracitadas anuências sejam emitidas, a NSN - subsidiária da MLog - possui apenas 1 (uma) embarcação de apoio de pequeno porte em seu rol de ativos em operação, que está afretada à ABN.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia, por meio de seu Conselho de Administração, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de março de 2026.

a. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

2.1 Base de consolidação e investimentos societários

a. Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas (“Grupo”), foram elaboradas utilizando a mesma data-base e práticas contábeis consistentes, sendo que, quando necessário, ajustes são efetuados nas demonstrações contábeis dessas investidas para garantir a conformidade com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e suas controladas são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

Investimentos	Participação 31/12/2025	Participação 31/12/2024
Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (CDNC)	100%	100%
Morro do Pilar Minerais S.A. (MOPI)	100%	100%
Dutovias do Brasil S.A.	100%	100%
Companhia de Navegação da Amazônia (CNA)	100%	100%
Nova Sociedade de Navegação S.A. (NSN)	100%	100%
Asgaard Bourbon Navegação S.A. (ABN)	50%	50%

A participação de 50% na ABN é consolidada por ser enquadrar como controlada para fins contábeis, considerando que a Companhia efetua a gestão das operações relevantes do dia a dia.

b. Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

c. Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre práticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas práticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui investimentos em coligadas.

d. Operações com Sociedade em Conta de Participação (SCP)

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1, a SCP constituída em janeiro de 2023 não tem personalidade jurídica, sendo que as suas operações são efetuadas pela Companhia (sócia ostensiva), em seu próprio nome e sob a sua responsabilidade, inclusive a representação ativa e passiva da SCP, com plenos poderes de representação perante terceiros. A propriedade e o controle dos ativos da SCP, bem como a responsabilidade pelos seus passivos, continuam com a Companhia.

Não havendo prática contábil específica prevista nas normas contábeis adotadas no Brasil ou nas IFRS para as operações com Sociedades em Conta de Participação, a Administração da Companhia, em linha com as orientações do CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, exerceu o seu melhor julgamento na aplicação de uma prática contábil que pudesse representar de forma fidedigna os objetivos das operações com a SCP.

Portanto, as demonstrações contábeis individuais da Companhia compreendem a totalidade dos ativos, passivos, receitas e despesas, tanto das operações da SCP quanto daquelas exclusivas da própria Companhia, eliminando-se as transações entre a Companhia e a SCP, de forma similar ao processo de consolidação das demonstrações contábeis. Não há segregação da parcela atribuída à sócia participante (0,1%), uma vez que se trata de uma controlada integral da Companhia.

Demonstrações contábeis da SCP

Balancos Patrimoniais

Em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	5
Contas a receber de clientes	2.469	10.606
Total do ativo circulante	2.474	10.611
Não circulante		
Partes relacionadas	160.932	-
Investimentos	202.301	169.732
Imobilizado	97.806	122.649
Total do ativo não circulante	461.039	292.381
Total do ativo	463.513	302.992
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	47.067	8.074
Outros impostos a recolher	15.132	9.137
Obrigações na aquisição de investimentos	12.473	12.810
Outras contas a pagar	496	8.454
Total do passivo circulante	75.168	38.475
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	98.708	-
Partes relacionadas	228.236	208.816
Obrigações na aquisição de investimentos	33.371	36.899
Provisões para passivo a descoberto	14.283	5.839
Total do passivo não circulante	374.598	251.554
Patrimônio líquido		
Capital social	5.005	5.005
Lucros acumulados	8.742	7.958
Total do patrimônio líquido	13.747	12.963
Total do passivo e patrimônio líquido	463.513	302.992

Demonstrações do resultado
Em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de prestação de serviços	48.234	38.811
Custos dos serviços prestados	(33.396)	(30.947)
Resultado bruto	14.838	7.864
Despesas operacionais		
Despesas com serviços prestados	(375)	-
Despesas gerais e administrativas	(207)	(299)
Despesas tributárias	(14)	(35)
Outras receitas operacionais		
Equivalência patrimonial de sociedades controladas	24.125	14.441
Outras receitas operacionais, líquidas	796	1.810
	24.325	15.917
Resultado operacional antes do resultado financeiro	39.163	23.781
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	2.794	394
Despesas financeiras	(41.175)	(15.544)
	(38.381)	(15.050)
Lucro líquido do exercício	782	8.731

2.2 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirão cumprir as suas obrigações de pagamentos, principalmente daquelas decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos, conforme descritas nas Notas Explicativas nº 16 e nº 17, respectivamente.

Os balanços patrimoniais da Controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2025, refletem passivos circulantes superiores aos ativos circulantes em R\$ 59.448 e R\$ 114.126, respectivamente (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 34.993 na Controladora e de R\$ 86.558 no consolidado, respectivamente). Adicionalmente, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 refletem prejuízos acumulados de R\$ 499.196 (R\$ 463.289 em 31 de dezembro de 2024).

Essa situação de liquidez e prejuízos acumulados é reflexo de parte significativa dos ativos da Companhia estar em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar (MOPI), além de compromissos de curto prazo relacionados aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na aquisição de investimentos), do pagamento gradual de fornecedores proveniente de docagens recentes como o AHTS Haroldo Ramos em 2023 e o AHTS Geonísio Barroso em 2024, e, ainda, da mobilização para a docagem do AHTS Yvan Barretto realizada no quarto trimestre de 2024, eventos estes realizados mediante geração de caixa da Companhia, com pontuais contratações de empréstimos de curto prazo que não perfazem o montante investido nestes eventos citados e que têm sido frequentemente reestruturados em dívidas de longo prazo.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia vem renegociando com os seus principais credores os valores a pagar pela aquisição da CNA, obtendo o reescalonamento de seu passivo, tendo em 31 de dezembro de 2025 parte significativa deste passivo renegociado em condições mais favoráveis em relação à dívida original. Essa estratégia financeira da Companhia, a execução de seu plano de negócios com foco em geração de caixa de suas atividades de navegação, combinada com a conversão de AFRMM em caixa livre, além de alternativas em avaliação pela Administração para o levantamento de capital adicional que podem, inclusive, considerar a renegociação e alongamento de dívidas já existentes, são medidas fundamentais para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Em dezembro de 2025, uma parte da dívida não negociada foi considerada judicialmente extinta por caducidade, conforme posicionamento de assessores legais da Companhia, com base no Código Civil Brasileiro, podendo ser cobrada apenas mediante judicialização. Tal conclusão embasa a baixa desta parcela de passivo pela Companhia, no montante de R\$ 796, que foi reconhecida como um ganho no resultado do exercício de 2025 (Notas Explicativas nº 17 e nº 24). Ao longo dos próximos períodos, os demais valores poderão ser baixados na mesma dinâmica, à medida que se considerem legalmente extintos.

Esses eventos e condições descritos acima indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver sucesso nas medidas descritas acima e, por consequência, condições de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos: (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos imobilizados e intangíveis; e (ii) no cumprimento de certos passivos financeiros pelos valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3 Políticas contábeis materiais

A seguir apresentamos as políticas contábeis materiais utilizadas pelo Grupo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A classificação dos ativos financeiros da Companhia e de suas controladas dependem da finalidade para a qual são adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os principais ativos financeiros da Companhia e de suas controladas os ativos e passivos divulgados na nota explicativa nº 28, os quais foram classificados como “mensurados ao custo amortizado”.

Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica seus passivos financeiros como “mensurados ao custo amortizado”.

Os ativos e passivos financeiros são incluídos como ativos/passivos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data do balanço (estes são classificados como não circulantes).

c) Equivalentes de caixa

São considerados equivalente de caixa as aplicações financeiras de curto prazo e de conversibilidade imediata em um montante conhecido, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento normalmente se qualifica como título de curto prazo quando possui vencimento de até três meses a contar da data da aquisição.

d) Contas a receber e provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes faturados e, posteriormente, pelos saldos deduzidos de perdas estimadas no valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia mensura a provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, levando-se em consideração todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis, tais como: o histórico dos clientes, situação financeira e possíveis indicadores de inadimplência para estimar as perdas de crédito esperadas.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração das perdas, que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um exercício específico, que considera dados históricos, premissas e expectativas. Atualmente, a Administração entende que no curso atual dos negócios operacionais, não existe expectativa de novas perdas.

e) Investimentos em controladas

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo eliminados para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

f) Transações entre partes relacionadas

Os empréstimos entre partes relacionadas são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo entre partes relacionadas, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos entre partes relacionadas são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

g) Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da redução ao valor recuperável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado do exercício. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são apresentadas na Nota Explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação e as vidas úteis dos ativos são revisados a cada data de balanço e ajustados, quando apropriado. A Companhia e suas controladas não atribuem valor residual aos ativos.

h) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem principalmente direitos minerários, gastos com exploração e avaliação de recursos minerais, obtenção de licenças e ágio na aquisição de investimentos. São avaliados ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, da amortização acumulada e da redução ao valor recuperável.

Os gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e a obtenção de licenças são capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção de concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Outros ativos intangíveis, que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para identificar perdas (reduções) ao valor recuperável.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são apresentadas na Nota Explicativa nº 11.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado.

i) Redução ao valor recuperável de ativos

Os valores contábeis dos ativos são, para fins de desvalorização, revistos anualmente ou quando houver indicação potencial de perda no valor recuperável.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Abaixo são demonstradas as premissas básicas para a elaboração do teste de recuperabilidade de ativos:

	Mineração	Navegação
Mensuração do Valor Recuperável	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado ou avaliação dos ativos, conforme o caso
Projeção de Fluxo de Caixa	Toda a vida útil do ativo / unidade geradora de caixa	Toda a vida útil esperada para cada ativo / unidade geradora de caixa
Margem Bruta	Base em estudos técnicos contratados, dados de mercado e expectativa do time operacional interno envolvido	Atualização da margem bruta baseada em orçamento, histórico de negócios e tendência de mercado
Custos	Base em estudos técnicos contratados e dados de mercado	Baseada em orçamento, histórico de negócios e tendência de mercado
Taxa de Crescimento na Perpetuidade	Sem Perpetuidade	Sem Crescimento real com limitação à vida útil do ativo
Taxa de Desconto	A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") em dólares que reflete o risco específico e a estrutura de alavancagem do segmento, sendo 15,92% para Navegação e 13,28% para Mineração.	

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por aquisição de materiais aplicados nas obras ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

k) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valor justo (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção) ou na demonstração do resultado.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

l) Obrigações sociais e trabalhistas

Os pagamentos de benefícios tais como salário e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

m) Impostos a recolher

As obrigações tributárias são mensuradas ao custo, conforme regulamentação específica de cada tributo. São reconhecidos quando há certeza de que os valores são devidos. As obrigações tributárias são apresentadas no passivo circulante, quando o recolhimento é devido dentro de 12 meses, ou no passivo não circulante, quando o recolhimento é devido após esse período.

n) Provisões

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

o) Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM

A subsidiária CNA, mencionada na Nota nº 1, é beneficiária nos termos da Lei nº 10.893/2004 do recebimento de 100% (cem por cento) do benefício do AFRMM gerado nas suas atividades de navegação fluvial e repassado em forma de subvenção governamental. O uso desses recursos, extensível às coligadas, controladas ou à Controladora da CNA, está condicionado à aquisição de embarcações novas, jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação de embarcações próprias e pagamento de juros e de amortização de financiamentos relativos a estes mesmos usos.

A contrapartida do benefício a ser utilizado registrado no ativo é reconhecida como receita diferida no passivo. A realização desse passivo em contrapartida ao resultado ocorre na proporção do reconhecimento dos valores acima aplicados no resultado, via depreciação e custo de reparação ou quando da incidência de juros ou da amortização de financiamentos. O direito ao uso do benefício extingue-se no caso de não utilização no prazo de 3 (três) anos, contados a partir do depósito do AFRMM gerado em conta vinculada em nome da CNA.

Em conformidade com o art. 16 da Lei 14.789/2023 e item 15B do CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções reconhecidas no resultado até o limite do lucro líquido, não são tributadas, desde que mantidas em conta de reserva de lucros, ficando a utilização desse reserva condicionada exclusivamente à absorção de prejuízos ou aumento de capital. O saldo das subvenções reconhecidas no resultado não transferido para a citada reserva de lucros, em decorrência da limitação do lucro líquido, deverá ser transferido assim que ocorrerem lucros suficientes nos anos subsequentes.

Como citado na Nota Explicativa nº 1, a Lei nº 14.301/22 que instituiu o programa de estímulo ao transporte por cabotagem assegura a manutenção da atual alíquota de AFRMM para a CNA por 6 (seis) anos adicionais.

p) Receitas com prestação de serviços

As receitas de afretamento de embarcações, transporte de cargas e apoio marítimo são mensuradas pelo valor justo do montante recebido, ou a receber, líquidas de descontos comerciais e dos impostos sobre venda desses serviços.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

A Companhia reconhece a receita quando satisfaz uma obrigação de desempenho, transferindo o serviço prometido ao cliente. O serviço é geralmente considerado transferido quando o cliente obtém o controle.

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Se os serviços sob um único contrato ocorrerem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela na qual a Companhia vende os serviços em transações separadas, ou contratos firmados antecipadamente.

q) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. A Administração somente registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos quando há evidência de utilização em lucros tributáveis futuros.

r) Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício.

O prejuízo diluído por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em ações ordinárias.

s) Informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

Os resultados por segmentos, que são relatados à Administração da Companhia, incluem itens diretamente atribuíveis a cada segmento, navegação e mineração, divulgado na Nota Explicativa nº 27, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

t) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Companhia classifica os juros de empréstimos e financiamentos pagos como atividade operacional, considerando que os juros de empréstimos e financiamentos fazem parte do custo normal de suas operações.

u) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que podem vir a afetar a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como nas Notas Explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas adotadas pela Administração.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentados nas seguintes notas explicativas:

<i>Estimativas e julgamentos contábeis</i>	Notas Explicativas
Perdas de crédito esperadas	6
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	9
Premissas para testes de recuperabilidade de ativos imobilizado e intangível	3(i) e 9
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	18 e 20

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício no qual as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

v) Pronunciamentos novos ou ainda não adotados

As normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Normas e alterações aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 (R2): Efeitos nas Mudanças das Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (perda de conversibilidade);

As alterações acima não tiveram impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis;
- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa (circulante) e aplicação vinculada (não circulante)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa (circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	11	13	15	13
Conta corrente	2.492	1.173	10.007	7.463
Aplicações financeiras	-	-	16.853	12.350
Circulante (*)	2.503	1.186	26.875	19.826

(*) Considerado como caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos operacionais de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 referem-se a recursos disponíveis mantidos em caixa e equivalentes de caixa, aplicados em CDBs de instituições de primeira linha com liquidez diária e rendimentos de ao menos 100% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a aplicação rendeu 11,7%.

4.2 Aplicação vinculada (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação vinculada (**)	-	-	5.477	5.769
Não circulante	-	-	5.477	5.769

(**) Vinculada às garantias de empréstimos (Nota Explicativa nº 16).

5 Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”)

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, e regulamentado pela Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, posteriormente alterada, inclusive pela Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023.

O AFRMM tem por finalidade custear os encargos decorrentes da intervenção da União no fomento e desenvolvimento da marinha mercante nacional e da indústria naval brasileira, constituindo-se em fonte principal de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), conforme legislação vigente.

A Companhia auferi o percentual de 40% (quarenta por cento) incidente sobre o valor do frete das operações de navegação interior realizadas por seus clientes, sendo os valores arrecadados vinculados exclusivamente à aplicação em atividades relacionadas à construção, docagem, reparo, manutenção de embarcações, bem como à amortização de financiamentos destinados à aquisição de tais ativos navais, nos termos do artigo 16 da Lei nº 14.789/2023.

As subvenções governamentais são reconhecidas contabilmente apenas quando há razoável certeza quanto ao cumprimento, por parte da Companhia, das condições a elas vinculadas, e quando há o efetivo recebimento dos respectivos recursos. Até que esses requisitos sejam atendidos, o valor é registrado no ativo e em contrapartida em conta específica do passivo não circulante, refletindo a natureza condicional do benefício.

O benefício decorrente do AFRMM é registrado no ativo e no passivo não circulante nos seguintes momentos conforme CPC 07:

- (i) registro da receita de frete com a formalização das operações no Sistema Mercante, sujeitas à análise da Receita Federal do Brasil;
- (ii) liberação dos recursos para a conta vinculada; e
- (iii) utilização dos recursos (saques) para projetos de construção, docagem, reparo e manutenção de embarcações, incluindo reembolsos de valores realizados com recursos próprios da Companhia.

Os montantes registrados no passivo à título de AFRMM são apropriados ao resultado de forma sistemática, ao longo da vida útil dos ativos financiados ou vinculados ao benefício. As subvenções para investimento não se sujeitam à incidência de tributos e são destinadas à constituição de reserva de lucros, até o limite do lucro líquido do exercício. Ressalte-se que tais valores estarão sujeitos à tributação caso lhes seja conferida destinação diversa daquela prevista na legislação aplicável.

A Administração da Companhia entende que não há riscos associados às subvenções governamentais registradas no passivo, uma vez que o reconhecimento contábil segue rigorosamente as disposições legais e os critérios de razoável certeza quanto ao cumprimento das condições estabelecidas para o recebimento e utilização dos recursos.

Os quadros abaixo apresentam, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as movimentações das rubricas relacionadas a AFRMM no balanço consolidado.

	Contas do Ativo		Conta do passivo
	Circulante	Não circulante	Não circulante
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada ²	AFRMM para liberação ¹	AFRMM para liberação ¹
			Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM ³
Saldo em 31/12/2024	6.430	24.427	-
AFRMM gerado	-	-	25.975
Depósitos em conta vinculada	30.005	(30.005)	-
Jumborização capitalizada *	(10.827)	-	-
Rendimentos da conta vinculada	1.102	-	1.102
Ressarcimento reparos	(10.283)	-	-
Comissão BNDES 1% e Imposto e Renda	(406)	-	(307)
Reconhecimento no resultado	-	-	(19.988)
Transferência para curto prazo	-	25.975	(25.975)
Outros			
Saldo em 31/12/2025	16.021	20.397	-

*Ressarcimento para a construção de novas embarcações.

1. **AFRMM para liberação de R\$ 20.397:** Refere-se aos valores provenientes da arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que se encontram em processo de análise pela Receita Federal do Brasil. Após a conclusão dessa análise, os respectivos créditos serão liberados para a conta vinculada mantida no Banco do Brasil.
2. **AFRMM depositado em conta vinculada de R\$ 16.021:** São recursos financeiros já creditados na conta vinculada do Banco do Brasil, destinados exclusivamente à aquisição, construção, manutenção ou amortização de financiamentos de embarcações. A aplicação desses recursos está condicionada à aprovação prévia dos projetos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
3. **Subvenções governamentais a apropriar AFRMM de R\$ 207.997:** R\$ 171.578 corresponde aos valores efetivamente aplicados na aquisição, construção, manutenção ou pagamento de parcelas de financiamento de embarcações. Esses recursos são reconhecidos contabilmente como receita de subvenção, apropriada ao resultado de forma sistemática ao longo da vida útil dos ativos financiados. R\$ 36.419 ainda não foram implementadas as condições estabelecidas para o reconhecimento como receita diferida.

	Contas do ativo		Conta do passivo	
	Circulante		Não circulante	
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM
Saldo em 31/12/2023	7.875	20.370	-	199.038
AFRMM gerado	-	-	26.345	26.345
Depósitos em conta vinculada	22.120	(22.117)	-	-
Diferença de processos recebidos	17	(171)	-	(152)
Rendimentos da conta vinculada	452	-	-	451
Ressarcimento reparos	(23.679)	-	-	-
Comissão BNDES	(223)	-	-	(223)
Imposto de Renda	(122)	-	-	-
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(24.234)
Transferência para curto prazo	-	26.345	(26.345)	-
Outros (segregação estorno)	(10)	-	-	(10)
Saldo em 31/12/2024	6.430	24.427	-	201.215

Ressalta-se que o procedimento contábil adotado está em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis a subvenções e contas vinculadas. Ademais, a Nota Técnica nº 28/2025/CGFOM-DNAF-SNHN-MPOR, emitida pelo Ministério de Portos e Aeroportos, oferece orientação administrativa específica para o setor, destacando que não há previsão legal para a devolução dos recursos fruídos da conta vinculada, no montante de R\$ 207.997, registrados no passivo não circulante. Esses recursos foram liberados e aplicados no curso ordinário das atividades da controlada CNA, em projetos previamente aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

6 Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2025, no consolidado, os valores de R\$ 5.162 e R\$ 18.363 (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 8.238 e R\$ 14.172) referem-se aos negócios regulares das controladas CNA e ABN, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, suas operações contavam com quatro embarcações, totalizando uma frota de quatro embarcações ativas. O saldo consolidado inclui também a MLog no montante de R\$ 0 (R\$ 3.168 em 31 de dezembro de 2024) com terceiros na Controladora e valor de R\$ 2.469 (R\$ 10.606 em 31 de dezembro de 2024) entre grupos, que é eliminado para fins de consolidação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	2.469	13.774	23.525	25.486
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(126)	(126)
	2.469	13.774	23.399	25.360

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é de 100% sobre os valores ajuizados de clientes antigos. Tal expectativa decorre da política de crédito anterior da Companhia, que não exigia comprovação de capacidade de pagamento ou garantias suficientes para mitigar o risco de inadimplência.

A MLog auferir 100% de sua receita de operações intragrupo (partes relacionadas) e, consequentemente, não apresenta histórico de perdas por inadimplência. Na ABN, a receita é registrada conforme boletins de medição dos clientes. Desta forma, a perda histórica de receita nestes casos é insignificante. Na controlada CNA, o histórico de perda é baixo, com exceções pontuais sem seguir padrões métricos, tendo sido o último caso ocorrido em 2020.

Os valores de contas a receber de clientes têm o seguinte prazo de recebimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valores a vencer	2.469	13.774	23.133	24.235
Valores vencidos:				
Até 30 dias	-	-	266	1.125
	2.469	13.774	23.525	25.486

Retenções contratuais

Os saldos de retenções contratuais de curto e longo prazo, nos valores de R\$ 5.543 e R\$ 11.362, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, respectivamente, no consolidado, referem-se a um percentual retido pelo cliente para fins de garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas, em caso de inadimplemento por parte da Companhia. Esses valores serão recebidos pela Companhia ao fim de cada contrato mediante comprovações realizadas. Historicamente a totalidade dos valores retidos é recebida.

7 Imposto de renda e contribuição social e outros impostos a recuperar

IR e CSLL a recuperar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Retidos na fonte				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	-	-	348	-
Imposto de renda sobre serviços prestados	-	-	12.919	15.627
CSLL sobre serviços prestados	-	-	1.703	2.110
Créditos				
IRPJ e CSLL a recuperar	111	103	225	493
	111	103	15.195	18.230

Outros impostos a recuperar	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Retidos na fonte		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	1.102	1.676
INSS sobre serviços prestados	996	768
Outros	114	82
	2.212	2.526
Não circulante		
Pedidos de restituição		
PIS e COFINS *	5.108	5.108
Créditos		
PIS e COFINS sobre insumos	878	1.287
	5.986	6.395

*Referem-se à restituição de tributos recolhidos a maior em importação em regime de admissão temporária de embarcação estrangeira, cujo valor, quando recebido, deverá ser repassado ao cliente tomador do serviço. A obrigação com o cliente está registrada na rubrica “outras contas a pagar”.

8 Investimentos

A movimentação dos investimentos da Controladora no exercício foi da seguinte forma:

Investimentos	31/12/2024	Equivalência patrimonial 100%	Equivalência patrimonial 50%	Dividendos declarados	Aumento de capital	31/12/2025
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	31.038	(95)	-	-	72	31.015
Morro do Pilar Minerais S.A.	748.663	(831)	-	-	3.491	751.323
Companhia de Navegação da Amazônia ³	169.729	32.572	-	(12.435)	-	189.866
Saldo do investimento	949.430	31.646	-	(12.435)	3.563	972.204
Asgaard Bourbon Navegação S.A. ²	(5.839)	-	(8.444)	-	-	(14.283)
Nova Sociedade de Navegação S.A.	(2.023)	(17.316)	-	-	-	(19.339)
Dutovias do Brasil S.A.	(1.649)	(4)	-	-	5	(1.648)
Saldo da provisão para passivo a descoberto ¹	(9.511)	(17.320)	(8.444)	-	5	(35.270)
	939.919	14.326	(8.444)	(12.435)	3.568	936.934

¹ O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato de a Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas Dutovias, NSN e ABN.

² A diferença entre o valor do resultado da ABN, além da participação de 50% no valor de (R\$ 8.444), existe a equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de (R\$ 7.050).

³ A diferença entre o valor do resultado da CNA, é equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de R\$ 11, e realização da mais valia quando da aquisição no valor de (R\$ 1.568).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a controlada Companhia de Navegação da Amazônia propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 12.435 atribuíveis à Companhia. Nos termos do método da equivalência patrimonial, o referido valor foi registrado como dividendos a receber, em contrapartida à redução do saldo do investimento.

A liquidação desse montante está prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2026, mediante compensação com saldos registrados na rubrica de partes relacionadas a pagar à Companhia de Navegação da Amazônia.

As demonstrações contábeis das controladas estão resumidas a seguir:

BP - 31/12/2025

	<u>Morro do Pilar</u>	<u>CDNC</u>	<u>Dutovias</u>	<u>ABN</u>	<u>CNA</u>	<u>NSN</u>
Ativo circulante	3.661	133	1	53.818	56.406	8.013
Ativo não circulante	341.890	31.046	-	315.319	354.974	29.802
Total do ativo	345.551	31.179	1	369.137	411.380	37.815
Passivo circulante	1.028	1	1.647	139.690	65.557	17.395
Passivo não circulante	84.627	161	-	279.351	239.092	39.762
	85.655	162	1.647	419.041	304.649	57.157
Patrimônio líquido	259.896	31.017	(1.646)	(49.904)	106.731	(19.342)
Total do passivo e patrimônio líquido	345.551	31.179	1	369.137	411.380	37.815

DRE - 31/12/2025

	<u>Morro do Pilar</u>	<u>CDNC</u>	<u>Dutovias</u>	<u>ABN</u>	<u>CNA</u>	<u>NSN</u>
Resultado bruto	-	-	-	20.014	17.955	63
Receitas (despesas) operacionais	(179)	(58)	(4)	(20.158)	32.011	(12.506)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(179)	(58)	(4)	(144)	49.966	(12.443)
Resultado financeiro	(652)	(37)	-	(23.794)	(7.929)	(4.874)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(831)	(95)	(4)	(23.938)	42.037	(17.317)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(7.908)	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(831)	(95)	(4)	(23.938)	34.129	(17.317)

DFC 31/12/2025

	<u>Morro do Pilar</u>	<u>CDNC</u>	<u>Dutovias</u>	<u>ABN</u>	<u>CNA</u>	<u>NSN</u>
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de operacionais	(928)	(161)	(2)	54.207	49.378	(3.600)
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos	(4.526)	-	-	(12.185)	(10.880)	-
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	5.178	161	2	(41.561)	(28.180)	(1.171)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(276)	-	-	461	10.318	(4.771)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.871	-	-	2.152	261	12.356
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.595	-	-	2.613	10.579	7.585

Para fins de comparação, apresentamos abaixo a movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Investimentos	31/12/2023	Transferência	Equivalência patrimonial 100%	Equivalência patrimonial 50%	Aumento de capital	31/12/2024
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	31.106	-	(68)	-	-	31.038
Morro do Pilar Minerais S.A.	751.245	-	(2.582)	-	-	748.663
Asgaard Bourbon Navegação S.A.	1.461	(1.461)	-	-	-	-
Companhia de Navegação da Amazônia	148.289	-	21.440	-	-	169.729
Saldo do investimento	932.101	(1.461)	18.790	-	-	949.430
Asgaard Bourbon Navegação S.A.	-	1.461	-	(7.300)	-	(5.839)
Nova Sociedade de Navegação S.A.	(3.591)	-	(10.438)	-	12.006	(2.023)
Dutovias do Brasil S.A.	(1.644)	-	(5)	-	-	(1.649)
Saldo da provisão para passivo a descoberto ¹	(5.235)	1.461	(10.443)	(7.300)	12.006	(9.511)
	926.866	-	8.347	(7.300)	12.006	939.919

As demonstrações contábeis estão resumidas a seguir:

BP - 31/12/2024

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Ativo circulante	3.926	129	-	72.095	45.134	12.489
Ativo não circulante	316.006	31.046	-	134.646	286.315	37.995
Total do ativo	319.932	31.175	-	206.741	331.449	50.484
Passivo circulante	1.443	64	1.645	162.027	36.507	11.687
Passivo não circulante	61.251	73	4	70.679	209.934	40.822
	62.694	137	1.649	232.706	246.441	52.509
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	257.238	31.038	(1.649)	(25.965)	85.008	(2.025)
Total do passivo e patrimônio líquido	319.932	31.175	-	206.741	331.449	50.484

DRE - 31/12/2024

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Resultado bruto	-	-	-	30.389	10.097	-
Receitas (despesas) operacionais	(1.844)	(65)	(2)	(19.477)	19.992	(8.823)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(1.844)	(65)	(2)	10.912	30.089	(8.823)
Resultado financeiro	(738)	(3)	(3)	(20.959)	(3.889)	(1.615)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.582)	(68)	(5)	(10.047)	26.200	(10.438)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(3.191)	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(2.582)	(68)	(5)	(10.047)	23.009	(10.438)

DFC 31/12/2024	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de operacionais	(1.243)	(37)	(2)	31.719	36.881	(13.265)
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos	(4.109)	-	-	(3.612)	(10.316)	(1.113)
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	7.680	37	2	(25.970)	(27.376)	26.662
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.328	-	-	2.137	(811)	12.284
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.543	-	-	15	1.072	72
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.871	-	-	2.152	261	12.356

9 Imobilizado

Controladora

	31/12/2024	Adições	Transferências	31/12/2025	
Custo de aquisição					
Imobilização em andamento	7.761	8.553	(16.314)	-	
Embarcações	187.125	-	15.964	203.089	
Móveis e utensílios	912	-	-	912	
Equipamentos de informática	615	-	-	615	
Equipamentos de comunicação	152	-	350	502	
Obras de arte	97	-	-	97	
Benfeitorias em bens de terceiros	115	-	-	115	
	196.777	8.553	-	205.330	
Depreciação acumulada	Taxa				
Embarcações	7%	(72.239)	(33.390)	-	(105.629)
Móveis e utensílios	10%	(887)	(22)	-	(909)
Equipamentos de informática	20%	(612)	(4)	-	(616)
Equipamentos de comunicação	20%	(152)	(6)	-	(158)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(115)	-	-	(115)
		(74.005)	(33.422)	-	(107.427)
Imobilizado, líquido		122.772	(24.869)	-	97.903

O valor de R\$ 8.553, informado nas adições de “Imobilização em andamento”, refere-se à embarcação Yvan Barretto que se encontrava em docagem. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com o fim das docagens, os valores foram transferidos para a conta “Embarcações” e passaram a ser depreciados.

		31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2024
Custo de aquisição						
Imobilização em andamento		-	22.851	(15.090)	-	7.761
Embarcações		173.496	-	15.090	(1.461)	187.125
Móveis e utensílios		910	2	-	-	912
Equipamentos de informática		613	2	-	-	615
Equipamentos de comunicação		152	-	-	-	152
Obras de arte		97	-	-	-	97
Benfeitorias em bens de terceiros		115	-	-	-	115
		175.383	22.855	-	(1.461)	196.777
Depreciação acumulada						
	Taxa					
Embarcações	7%	(41.640)	(30.948)	-	349	(72.239)
Móveis e utensílios	10%	(860)	(27)	-	-	(887)
Equipamentos de informática	20%	(609)	(3)	-	-	(612)
Equipamentos de comunicação	20%	(152)	-	-	-	(152)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(115)	-	-	-	(115)
		(43.376)	(30.978)	-	349	(74.005)
Imobilizado, líquido		132.007	(8.123)	-	(1.112)	122.772

Consolidado

		31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2025
Custo						
Imobilização em andamento		19.293	26.158	(5.646)	(720)	39.085
Obras de arte		97	-	-	-	97
Terrenos		30.480	-	-	-	30.480
Imóveis		1.645	-	-	-	1.645
Edificações		318	-	-	-	318
Máquinas e equipamentos		5.482	37	-	(171)	5.348
Móveis e utensílios		1.682	12	-	(87)	1.607
Equipamentos de informática		1.054	-	-	(3)	1.051
Equipamentos de comunicação		1.003	12	350	(149)	1.216
Embarcações		442.338	3.000	5.296	(18.224)	432.410
Veículos		619	-	-	(101)	518
Benfeitorias em bens de terceiros		7.872	12.185	-	-	20.057
		511.883	41.404	-	(19.455)	533.832
Depreciação acumulada						
	Taxa					
Edificações	4%	(155)	(11)	-	-	(166)
Máquinas e equipamentos	10%	(4.730)	(266)	-	137	(4.859)
Móveis e utensílios	10%	(1.488)	(48)	-	77	(1.459)
Equipamentos de informática	20%	(868)	(12)	-	3	(877)
Equipamentos de comunicação	20%	(913)	(59)	-	132	(840)
Embarcações	5% a 7%	(207.346)	(44.237)	-	16.498	(235.085)
Veículos	20%	(619)	-	-	101	(518)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(4.259)	(2.821)	-	-	(7.080)
		(220.378)	(47.454)	-	16.948	(250.884)
Imobilizado, líquido		291.505	(6.050)	-	(2.507)	282.948

Das adições totais de R\$ 26.158, em “Imobilização em andamento”, R\$ 8.553 referem-se à embarcação Yvan Barretto que se encontrava em docagem encerrando neste exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e R\$ 17.605 na CNA referem-se à modernização da frota em andamento.

Para as baixas de embarcações ocorridas no decorrer do ano de 2025, vide Nota Explicativa nº 24.

		31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2024
Custo de aquisição						
Imobilização em andamento		10.426	32.297	(23.388)	(42)	19.293
Obras de arte		97	-	-	-	97
Terrenos		30.480	-	-	-	30.480
Imóveis		1.645	-	-	-	1.645
Edificações		318	-	-	-	318
Máquinas e equipamentos		5.407	191	-	(116)	5.482
Móveis e utensílios		1.656	48	-	(22)	1.682
Equipamentos de informática		1.048	6	-	-	1.054
Equipamentos de comunicação		911	104	-	(12)	1.003
Embarcações		416.839	1.599	25.362	(1.462)	442.338
Veículos		619	-	-	-	619
Benfeitorias em bens de terceiros		4.259	3.613	-	-	7.872
		473.705	37.858	1.974	(1.654)	511.883
Depreciação acumulada						
	Taxa					
Edificações	4%	(145)	(10)	-	-	(155)
Máquinas e equipamentos	10%	(4.510)	(277)	-	57	(4.730)
Móveis e utensílios	10%	(1.454)	(52)	-	18	(1.488)
Equipamentos de informática	20%	(853)	(25)	-	10	(868)
Equipamentos de comunicação	20%	(861)	(52)	-	-	(913)
Embarcações	5% a 7%	(166.126)	(41.569)	-	349	(207.346)
Veículos	20%	(619)	-	-	-	(619)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(4.259)	-	-	-	(4.259)
		(178.827)	(41.985)	-	434	(220.378)
Imobilizado, líquido						
		294.878	(4.127)	1.974	(1.220)	291.505

A Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável de seus ativos na data-base de 31 de dezembro de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foi identificada necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

Bens em garantia:

- Uma embarcação da CNA “Rio Maranon” foi dada como garantia (hipoteca) para fazer face às obrigações assumidas pela MLog no Instrumento Particular de Transação, Confissão de Dívida e Outras Avenças, de 14 de fevereiro de 2022;
- Embarcação Asgaard Sophia alienada fiduciariamente em garantia das obrigações assumidas pela obrigação de investimento na aquisição da CNA;
- Imóvel de propriedade da CNA, situado à Rua Professor Nelson Ribeiro, nº 307, Telégrafo, Belém, inscrito sob as matrículas nº 441 e nº 442: penhora na Execução Fiscal nº 0000284-58.2004.8.14.0301 (antigo nº 200410009995) e execução Fiscal de nº 0020201-92.2004.8.14.0301, sendo que neste último processo houve trânsito em julgado em favor da CNA e a desobstrução do imóvel está sendo providenciada;
- Embarcações Geonísio Barroso, Yvan Barretto e Haroldo Ramos com hipoteca de primeiro grau em garantia ao contrato em favor do BNDES, sendo a hipoteca em segundo grau garantia da obrigação de investimento assumida na aquisição da CNA.

10 Direito de uso e arrendamentos a pagar (consolidado)

A movimentação do direito de uso relativo ao afretamento de terceiros está demonstrada a seguir:

	Direito de uso
Saldo em 31/12/2024	3.602
Amortização	(1.758)
Baixas	(1.844)
Saldo em 31/12/2025	-

	Direito de uso
Saldo em 31/12/2023	15.970
Adições	2.751
Transferências	(1.974)
Remensuração	(2.716)
Amortização	(10.429)
Saldo em 31/12/2024	3.602

A Companhia estimou as taxas de desconto com base nas taxas de juros contratadas, e em linha com as taxas observadas no mercado, excluindo do cálculo taxas contratadas que contenham subsídio ou subvenção, para o prazo de seu contrato.

Em 31 de dezembro de 2025, a movimentação dos arrendamentos a pagar é a demonstrada a seguir:

	Arrendamentos a pagar
Saldo em 31/12/2024	4.949
Juros	139
Pagamentos	(2.385)
Baixas	(2.703)
Variação cambial	-
Saldo em 31/12/2025	-
Circulante	-
Não circulante	-

Em 31 de dezembro de 2024, a movimentação dos arrendamentos a pagar é a demonstrada a seguir:

	Arrendamentos a pagar
Saldo em 31/12/2023	19.635
Adições	2.751
Juros	1.614
Variação cambial	943
Pagamentos	(17.278)
Remensuração	(2.716)
Saldo em 31/12/2024	4.949
Circulante	4.808
Não circulante	141

A partir de 6 de setembro de 2024, a Companhia deixa de ter o arrendamento da embarcação WSSV Stim Star Arabian Gulf, em função do término de seu contrato. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não possuía saldos remanescentes de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento. A movimentação observada na demonstração dos fluxos de caixa no exercício de 2025 refere-se à liquidação/baixa de contratos existentes no exercício de 2024, conforme reconciliação apresentada nesta nota explicativa.

11 Intangível (consolidado)

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos intangíveis, incluindo ágio, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram identificados indícios de redução ao valor recuperável (*impairment*). No caso dos ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, que não estão sujeitos à amortização, a Companhia efetuou o teste de recuperabilidade, não tendo identificado a necessidade de *impairment* no exercício.

A Companhia considera, para efeito de unidades geradoras de caixa (UGCs):

- 1) A CNA como unidade única geradora de caixa, pois seus ativos podem conter múltiplos arranjos e combinações de composições para cumprir os contratos de transporte de granéis líquidos combustíveis, fonte geradora de receita;
- 2) Na ABN consideramos cada embarcação própria uma Unidade Geradora de Caixa (seja da MLog ou da CNA no caso do Asgaard Sophia), dado que individualmente estas embarcações têm contratos vinculantes que por si só geram receita; e
- 3) Na Morro do Pilar, considera-se o projeto todo como uma única unidade geradora de caixa.

Consolidado

		31/12/2024	Adições	31/12/2025
Custo de aquisição				
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção (i)		299.934	3.672	303.606
Gastos na fase de licenciamento		6.404	-	6.404
Sistema de gestão (ERP)		1.393	-	1.393
Softwares		930	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)		472.791	-	472.791
Ágio na aquisição (iii)		65.768	-	65.768
		847.220	3.672	850.892
Amortização acumulada				
Sistema de gestão (ERP)	Taxa 20%	(1.345)	(45)	(1.390)
Softwares	20%	(930)	-	(930)
		(2.275)	(45)	(2.320)
		844.945	3.627	848.572
Custo de aquisição				
		31/12/2023	Adições	31/12/2024
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção (i)		292.981	6.953	299.934
Gastos na fase de licenciamento		6.404	-	6.404
Sistema de gestão (ERP)		1.393	-	1.393
Softwares		930	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)		472.791	-	472.791
Ágio na aquisição (iii)		65.768	-	65.768
		840.267	6.953	847.220
Amortização acumulada				
Sistema de gestão (ERP)	Taxa 20%	(1.300)	(45)	(1.345)
Softwares	20%	(930)	-	(930)
		(2.230)	(45)	(2.275)
		838.037	6.908	844.945

- (i) Esses itens, em linha com o IFRS 6 - *Exploration For and Evaluation of Mineral Rights*, referem-se a gastos incorridos pela Companhia com atividades de exploração e avaliação do seu Projeto de minério de ferro Morro do Pilar, tais como sondagens geológicas, estudos ambientais, teste de qualidade e demais custos afetos a comprovação da qualidade e extensão dos direitos minerários.

- (ii) Refere-se ao saldo de intangível adquirido em combinação de negócios, referente ao excedente pago quando da aquisição da MOPI, alocado aos direitos minerários adquiridos, líquido de *impairment*.
- (iii) A rubrica ágio na aquisição é referente à expectativa de rentabilidade futura, registrada quando da aquisição da CNA.

12 Outros impostos a recolher

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de outros impostos a recolher são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante				
ISS a recolher	-	-	956	127
PIS, COFINS e Contribuição Social retidos	85	69	247	168
PIS a recolher	1.503	1.392	2.965	3.085
COFINS a recolher	7.043	6.527	14.332	14.911
Parcelamento de tributos federais	1.930	1.235	17.281	13.719
Parcelamento de ISS	-	-	40	34
ICMS a recolher	-	-	176	30
INSS sobre a folha	-	-	1.601	1.129
INSS de terceiros	-	-	11	51
Encargos sobre impostos a recolher	3.364	1.988	6.538	4.206
	13.925	11.211	44.147	37.460
Passivo não circulante				
Parcelamento de tributos federais	8.013	3.186	43.462	34.116
Parcelamento de ISS	-	-	99	-
	8.013	3.186	43.561	34.116
	21.938	14.397	87.708	71.576

O parcelamento de tributos federais abrange IRRF, INSS sobre a folha, IOF, PIS, COFINS e Contribuição Social, serão liquidadas em até 60 (sessenta) parcelas, conforme autorizações fiscais vigentes, e estão segregadas com base no seu vencimento contratual em curto prazo (até 12 meses) e longo prazo (acima de 12 meses).

O ISS foi parcelado em 84 (oitenta e quatro) prestações.

O aumento do saldo em 31 de dezembro de 2025 em comparação com 31 de dezembro de 2024 decorre da formalização de novos parcelamentos e do reconhecimento de parcelas cujo vencimento está previsto para períodos posteriores a 12 (doze) meses, refletindo maior volume de passivos classificados como não circulantes.

13 Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia é da ordem de R\$ 612.000 (R\$ 580.000 em 31 de dezembro de 2024), e no consolidado R\$ 1.123.000 (R\$ 1.073.000 em 31 de dezembro de 2024), sobre o qual a Administração não registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos, tendo em vista a ausência de histórico de lucratividade em suas operações e nesse momento, pela falta de expectativa de rentabilidade futura.

A reconciliação entre a alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(36.354)	(34.279)	(36.890)	(38.388)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	12.360	11.655	12.543	13.052
Efeitos de adições e exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	2.000	356	-	-
Diferenças permanentes (ii)	(2.053)	(1.567)	(1.474)	3.699
	12.307	10.444	11.069	16.751
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	3.465	1.630
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:	-	-	-	-
Diferenças temporárias (i)	(508)	(2.777)	926	(7.989)
Não constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura	(11.352)	(7.158)	(22.921)	(13.074)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:	447	509	(7.461)	(2.682)
Corrente	-	-	(7.908)	(3.191)
Diferido	447	509	447	509
Alíquota efetiva	1,2%	1,5%	20,2%	7,0%

- (i) As diferenças temporárias referem-se, basicamente, à constituição e/ou reversão de provisões operacionais, variação cambial não realizada e provisões para contingências trabalhistas e operacionais.
- (ii) No consolidado, as diferenças permanentes compreendem, basicamente, o AFRMM não tributado para fins de contribuição social.

O imposto de renda diferido passivo refere-se ao ganho registrado contabilmente em exercícios anteriores e tributável em períodos futuros com base em sua realização financeira. Esse ganho é decorrente da renegociação da dívida relativa à aquisição da CNA.

Abaixo a movimentação:

	<u>Controladora e consolidado</u>
Saldo em 31/12/2024	(4.367)
Passivo - Realização	447
Saldo em 30/09/2025	(3.920)
Passivo circulante	
Passivo não circulante	(369)
	(3.551)
Efeito no resultado	447
	<u>Controladora e consolidado</u>
Saldo em 31/12/2023	(4.876)
Passivo - Realização	509
Saldo em 31/12/2024	(4.367)
Passivo circulante	(434)
Passivo não circulante	(3.933)
Efeito no resultado	509

14 Partes relacionadas

Transações entre partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas na data dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão relacionados abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo não circulante				
Patrícia Tendrich Pires Coelho (i)	987	757	987	757
Maverick Holding S.A. (ii)	2.118	1.626	2.118	1.626
Morro do Pilar Minerais S.A. (iv)	80.704	47.100	-	-
Bourbon Offshore Marítima	-	-	20	20
Total do ativo não circulante ativo	83.809	49.483	3.125	2.403
Passivo não circulante				
Companhia de Navegação da Amazônia (v)	141.982	140.012	-	-
Asgaard Navegação S.A. (v)	114.423	89.570	-	-
Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (v)	10.000	10.000	-	-
NSN - Nova Sociendade de Navegação S.A. (v)	23.380	22.948	-	-
Fjords Limited (iii)	-	4.852	-	4.852
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	-	250	247
Total do passivo não circulante	289.765	267.382	250	5.099

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante				
Patrícia Tendrich Pires Coelho (i)	987	757	987	757
Maverick Holding S.A. (ii)	2.118	1.626	2.118	1.626
Morro do Pilar Minerais S.A. (iv)	80.704	47.100	-	-
Bourbon Offshore Marítima	-	-	20	20
Total do ativo não circulante	83.809	49.483	3.125	2.403
Passivo não circulante				
Companhia de Navegação da Amazônia (v)	141.962	140.012	-	-
Asgaard Navegação S.A. (v)	114.423	89.570	-	-
Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (v)	10.000	10.000	-	-
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. (v)	23.380	22.948	-	-
Fjords Limited (iii)	-	4.852	-	4.852
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	-	250	247
Total do passivo não circulante	289.765	267.382	250	5.099

- (i) O mútuo entre a MLog e Patrícia Tendrich Pires Coelho (detentora de participação indireta na Companhia) no valor de R\$ 987 é corrigido à taxa de CDI mais 5% (cinco por cento) ao ano. Em função da ausência de data de vencimento, esse saldo está registrado no ativo não circulante.
- (ii) O mútuo entre a MLog e Maverick Holding S.A. (acionista da MLog) no valor de R\$ 2.118 é corrigido à taxa de CDI mais 5% (cinco por cento) ao ano. Em função da ausência de data de vencimento, esse saldo está registrado no ativo não circulante.
- (iii) O Conselho de Administração da MLog aprovou a celebração de mútuo na modalidade de “empréstimo externo”, nos moldes da Lei nº 4.131/62, com a Fjords Limited (“Fjords” - acionista da MLog), no valor total principal de US\$ 6.950, corrigido à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, tendo como garantia a cessão fiduciária de recebíveis da Companhia de determinadas controladas.

Em 21 de novembro de 2024, a Fjords aplicou multa de mora sobre o valor devido, que se encontrava vencido, levando o montante da dívida a R\$ 70.140, após a aplicação de mora de 4% (quatro por cento) semestral.

Posteriormente, no contexto da reestruturação da dívida, conforme descrito a seguir, a Fjords concedeu um desconto no montante de R\$ 10.340, reduzindo o valor da dívida para R\$ 59.800 e anulando o impacto dos encargos de multa de mora.

Em 04 de dezembro de 2024, as Notas Comerciais Escriturais, então contraídas com a Fjords, foram aportadas em cotas subordinadas do ST 1015A Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Responsabilidade Ltda. - (“FIDC”), passando a Companhia a ser devedora deste FIDC em R\$ 55.000. A dívida, que antes era mensurada em Dólar, passou a ser mensurada em Reais, restando a parcela de R\$ 4.852 em 31 de dezembro de 2024 devida pela Companhia diretamente a Fjords e com fluxo de pagamento estabelecido na mesma proporção que o fluxo de amortização da dívida da Companhia com o FIDC (ver Nota Explicativa nº 16 para captação adicional junto ao FIDC).

Desta forma, a Companhia passa a ser devedora direta da Fjords no montante de R\$ 4.852, dado que o montante de R\$ 55.000 passa a ser devido diretamente ao FIDC. Em 2 de outubro de 2025, a dívida com a Fjord foi liquidada.

- (iv) Em 11 de setembro de 2020, foi proferida sentença julgando extinta a execução, sem resolução de mérito, do processo judicial com a empresa Boa Sorte Ltda., tendo em vista a divergência entre as partes em relação ao valor devido e a existência de Cláusula de Convenção Arbitral. Em 03 de agosto de 2022 foi assinado um acordo para resolução deste litígio mediante pagamento de valor acordado entre as partes, com parcelamento vigente até 2028. O montante inicial de R\$ 22.202, antes registrado em provisões, atualmente encontra-se registrado em contas a pagar da controladora, tendo sido pago R\$ 15.270 até 31 de dezembro de 2025, restando o saldo de R\$ 6.932 a pagar. Considerando que o montante a ser pago quita a aquisição de direitos minerários, atualmente registrados na MOPI, constitui-se um ativo recebível na Controladora como contrapartida da quitação desse ativo intangível a ser realizada pela MOPI. Além do saldo com a Boa Sorte Ltda., existem outras Notas Promissórias que totalizam o montante de R\$ 80.704 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 47.100 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) A controladora apresenta passivos não circulantes com suas controladas CNA, ABN, CDNC e NSN. Na CNA, o valor refere-se às Notas Promissórias e Mútuos utilizados para gestão de caixa conjunto, incluído o passivo constituído nas ocasiões de pagamentos de parcelas de financiamentos da controladora com BNDES, por meio de crédito de AFRMM gerados pela CNA. No caso da ABN, refere-se às Notas Promissórias para gestão de caixa conjuntas. Na CDNC, trata-se de Nota Promissória com vencimento para 10 (dez) anos utilizada para aumento de capital. Todas as Notas Promissórias entre as empresas do grupo são remuneradas aos juros de 10% ao ano sem vencimento estabelecido. Já com a NSN, trata-se da manutenção administrativa desta empresa até que ela esteja em ponto operacional como afretadora de ativos.

Adicionalmente, a Maverick Holding é avalista da totalidade da dívida referente à aquisição da CNA. A existência deste aval foi fundamental para a conclusão da operação e a Maverick Holding optou por não cobrar à Companhia por esta garantia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui dividendos a receber da Companhia de Navegação da Amazônia no montante de R\$ 12.435. A liquidação desse valor está prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2026, mediante compensação com saldos registrados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas (despesas) financeiras				
Patrícia Tendrich Pires Coelho	229	150	229	150
Maverick Holding S.A.	492	322	492	322
Asgaard Navegação S.A.	(849)	(1.099)	-	-
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	-	(2)	(3)
Companhia de Navegação da Amazônia	(1.327)	(1.692)	-	-
Morro do Pilar Minerais S.A.	466	281	-	-
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.	(210)	(179)	-	-
Fjords Limited	(731)	(16.685)	(731)	(16.685)
	(1.930)	(18.902)	(12)	(16.216)

A composição dos adiantamentos para futuros aumentos de capital (AFAC) em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Total
Saldos em 31/12/2024	3.491	74	3	3.568
Recursos remetidos *	-	161	2	163
Capitalizações	(3.491)	(72)	(5)	(3.568)
Saldos em 31/12/2025	-	163	-	163

*A capitalização desses saldos ocorre anualmente, quando da realização das Assembleias Gerais Ordinárias das subsidiárias.

A composição dos adiantamentos para futuros aumentos de capital (AFAC) em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Nova Sociedade de Navegação S.A.	Total
Saldos em 31/12/2023	3.491	37	1	2.006	5.535
Recursos remetidos	-	37	2	-	39
Capitalizações	-	-	-	(2.006)	(2.006)
Saldos em 31/12/2024	3.491	74	3	-	3.568

Contas a receber com partes relacionadas - circulante

O valor de R\$ 0 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2024) na rubrica contas a receber com partes relacionadas, no ativo circulante, refere-se às notas de débitos com controladas, oriundos de contas a receber com partes relacionadas, que serão liquidadas via Nota Promissória. Em 31 de dezembro de 2025, conforme mencionado na Nota Explicativa 24, o montante de R\$ 3.168, anteriormente registrado como contas a receber da Bourbon Offshore Marítima (“BOM”), foi baixado ao resultado como despesa indedutível, em função da ausência de expectativa de realização.

O saldo registrado na rubrica de contas a receber da controladora, no montante de R\$ 2.469 (R\$ 13.774 em 31 de dezembro de 2024), bem como a receita líquida no valor de R\$ 48.234 (R\$ 38.811 em 31 de dezembro de 2024), referem-se a operações de afretamento de embarcações realizadas com a ABN.

Por se tratar de transações entre partes relacionadas, tais saldos e resultados são eliminados para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera todos os atuais diretores e membros do Conselho de Administração como pessoas-chave da Administração. Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração desses diretores e membros do Conselho de Administração foi, respectivamente, de R\$ 932 e R\$ 3.886 (R\$ 645 e R\$ 3.209 respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). Em 2025, houve transferências de diretores para outras empresas do grupo.

A remuneração global da Administração, para o período de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, em até R\$ 12.600, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2025, conforme previsão orçamentária.

15 Fornecedores (consolidado)

O saldo consolidado de R\$ 38.934 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 59.984 em 31 de dezembro de 2024), no passivo circulante e não circulante, refere-se basicamente aos fornecedores de serviços e materiais utilizados pelas empresas do Grupo em suas operações, com incremento que comporta o custo de fornecedores contratados entre os meses de maio e junho de 2025 para as atividades de docagem de classe do AHTS Geonísio Barroso e a preparação e início de importação de peças para a docagem do AHTS Yvan Barretto ocorrida em dezembro de 2024 e mobilizações necessárias para início dos contratos dos AHTS Yvan Barretto e Geonísio Barroso no primeiro semestre de 2025.

16 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)*	Saldo em 31/12/2024	Captação	Variação cambial	Juros passivos	Juros pagos	Pagamentos de principal	Saldo 31/12/2025	Circulante	Não circulante
BNDES (i)	Financiamento	Pré-fixada	8.073	-	220	684	(684)	(8.293)	-	-	-
FIDC (ii)	Capital de giro	Pós-Fixada	55.000	-	-	12.995	(12.045)	-	55.950	19.284	36.666
FIDC (ii)	Capital de giro	Pós-Fixada	55.000	-	-	12.995	(12.045)	-	55.950	19.284	36.666
Banco Pine (iii)	Capital de giro	Pós-Fixada	-	35.000	-	1.998	(1.971)	-	35.027	9.651	25.376
Total Controladora			118.073	35.000	220	28.672	(26.745)	(8.293)	146.927	48.219	98.708
C6 (iv)	Capital de giro	Pós-Fixada	28.847	10.176	-	6.070	(6.070)	(11.639)	27.384	14.945	12.439
Sifra (v)	Capital de giro	Pré-fixada	15.109	10.879	-	1.002	(1.483)	(25.507)	-	-	-
Sifra (v)	Capital de giro	Pré-fixada	5.890	5.144	-	-	-	(11.034)	-	-	-
Quatá (vi)	Capital de giro	Pós-Fixada	7.336	15.000	-	1.710	(1.709)	(10.194)	12.143	9.282	2.861
Banco do Brasil (vii)	Capital de giro	Pós-Fixada	822	25.000	-	1.132	(1.097)	(5.881)	19.976	10.067	9.909
Banco BMG (viii)	Capital de giro	Pós-fixada	-	19.900	-	1.048	(1.078)	(2.552)	17.318	9.754	7.564
Banco ABC (ix)	Capital de giro	Pós-Fixada	433	-	-	10	(11)	(432)	-	-	-
Total Consolidado			176.510	121.099	220	39.644	(38.193)	(75.532)	223.748	92.267	131.481

*Os empréstimos são denominados em reais, com remuneração a taxas variadas. Os empréstimos com taxas pós-fixadas têm sua remuneração atrelada ao CDI adicionados de *spread*.

- (i) Em decorrência da aquisição dos três AHTS (Nota Explicativa nº 1), a Companhia assumiu a dívida referente ao financiamento destas embarcações junto ao BNDES. Este financiamento é atualizado com base na variação do dólar dos Estados Unidos, tem taxa de juros pré-fixada de 5% e foi totalmente liquidado no 1º trimestre de 2025.
- (ii) Conforme descrito na nota explicativa nº 14, em dezembro de 2024, houve a reestruturação da dívida com a acionista Fjords, que integralizou cotas subordinadas do FIDC, através da transferência de Notas Comerciais Escriturais (“Segunda Emissão”) emitidas pela Companhia e integralizadas pela própria Fjords, no montante de R\$ 55.000. Também em dezembro de 2024, a Companhia emitiu Notas Comerciais Escriturais (“Primeira Emissão”) no montante de R\$ 55.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FIDC.

As Notas Comerciais têm prazo de 48 (quarenta e oito) meses, sendo os 12 (doze) meses iniciais de carência para a amortização de principal, amortizando nestes meses apenas os juros. A partir do 13º mês, a Companhia passa a amortizar o principal acrescido de juros remuneratórios. O custo desta captação segue em linha com o custo das demais dívidas, sendo composto de CDI adicionado de *spread*. Existem *covenants* financeiros e não financeiros atrelados a esta captação, sendo os financeiros com medição iniciada em dezembro de 2024 de forma menos abrangente, e de forma mais ampla a partir de junho de 2025. Os *covenants* medidos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025 ou foram cumpridos pela Companhia ou tiveram a liberação de cumprimento por parte do credor. Em relação às obrigações não financeiras, como envios mensais de informações, estas vêm sendo cumpridas desde 31 de dezembro de 2024. Esta operação tem como garantia recebíveis na embarcação Asgaard Sophia, além de valores depositados em conta garantida.

Esta captação teve seu fluxo direcionado (i) à reestruturação da dívida da Companhia com a parte relacionada Fjords (Nota Explicativa nº 14), (ii) a amortização de parte do saldo credor de recebíveis adiantados junto ao Banco Sifra, visando a redução do custo desta dívida e seu alongamento; e (iii) a realização de investimentos necessários na adaptação das embarcações para novos contratos já assinados.

- (iii) Em 21 de julho de 2025, a Companhia contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 35.000 junto à instituição bancária Banco Pine, sendo realizado em duas liberações. A primeira de R\$ 20.000 na assinatura do contrato, e a segunda de R\$ 15.000 após o registro de alienação fiduciária da embarcação Yvan Barretto. Esta captação de recursos tem como propósito aumentar a disponibilidade de caixa, e a garantia utilizada foi o recebimento do contrato com a Petrobras da embarcação Yvan Barretto. Não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras. O crédito tem a duração de 46 (quarenta e seis) meses.
- (iv) Em 28 de outubro de 2024, a NSN, controlada da MLog contraiu um empréstimo junto à instituição bancária Banco C6, no valor R\$ 30.124 (sendo R\$ 25.500 em Notas Comerciais e R\$ 4.624 em empréstimo junto à referida instituição bancária), e, em 28 de fevereiro de 2025, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 10.178 (sendo R\$ 5.000 em Notas Comerciais e R\$ 5.178 em empréstimo junto à referida instituição bancária) com prazo de duração de 30 (trinta) meses, tendo sua remuneração atrelada ao CDI mais *spread*. Os valores em 31 de dezembro de 2025 estão classificados no passivo circulante, no montante de R\$ 15.308, e no passivo não circulante, no montante de R\$ 12.439. Esta captação tem como garantia os recebíveis da empresa ligada Asgaard Bourbon Navegação S.A. (“ABN”) em contratos de longo prazo, com cobertura significativamente superior ao seu montante e sem *covenants* financeiros, tendo apenas a obrigação de manutenção de valor referente a 20% (vinte por cento) do montante devido em conta garantia (R\$ 5.549 em 31 de dezembro de 2025 conforme Nota Explicativa nº 4.2), obrigação esta que vem sendo cumprida pela Companhia.

- (v) A linha de crédito com Banco Sifra refere-se ao desconto de faturas a vencer com a Petrobras, referentes aos contratos de apoio marítimo operados pela ABN e o contrato de apoio fluvial pela CNA. Se referem a linhas de crédito de curto prazo, sendo a captação da ABN no valor de R\$ 10.879 e da CNA no valor de R\$ 5.143, renovadas em periodicidade mensal de forma a atender a necessidade de capital de giro da Companhia e suas subsidiárias.
- (vi) Em 15 de abril de 2025, a CNA, controlada da MLog, possui captação de giro com a instituição financeira Quatá. Foram duas operações, sendo uma de R\$ 5.000 e outra de R\$ 10.000, pós-fixadas utilizando o contrato da Petrobras da ABN, embarcação Geonísio Barroso, como garantia. O crédito foi captado em 15 de abril de 2025, as parcelas vencem todo dia 30 e a liquidação total da operação ocorrerá em 30 de abril de 2027.
- (vii) Em 4 de fevereiro de 2025, a CNA, controlada da MLog, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 14.000 e, em 11 de agosto de 2025, contraiu outro empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 11.000, junto à instituição bancária Banco do Brasil. Estas captações de recursos têm como propósito custear novos projetos da controlada, e as garantias utilizadas foram as embarcações Gabriela, Argelim, Acapu, Rio Puruê, Rio Grande, Rio Araguaia, M-501 e M-502. Não existem obrigações de acompanhamento de obrigações financeiras ou não financeiras. Parte do crédito (R\$5.000) vence em 12 (doze) meses, e o restante (R\$6.000) em 48 (quarenta e oito) meses.
- (viii) Em 16 de maio de 2025, a CNA, controlada da MLog, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 9.500 e em 26 de setembro de 2025 contraiu outro empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 10.400, junto à instituição bancária BMG. Esta captação de recursos tem como propósito alavancar o fluxo de caixa da controlada, e as garantias utilizadas foram uma fiança concedida pela controlada MLog e a cessão fiduciária de recebíveis decorrentes do contrato de prestação de serviços de transporte fluvial com a Petrobras. Não existem obrigações de acompanhamento de obrigações financeiras ou não financeiras. O valor de R\$ 9.500 tem a duração de 24 (vinte e quatro) meses e o valor de R\$ 10.400 tem a duração de 19 (dezenove) meses.
- (ix) A controlada ABN figura como terceiro garantidor do empréstimo tomado pela CNA junto ao Banco ABC. Tal garantia se deu por meio da cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da ABN, relativos ao contrato de prestação de serviços ao seu cliente Petrobras. O empréstimo foi liquidado no mês de março de 2025.

Cláusulas restritivas:

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com garantias que não contêm cláusulas contratuais restritivas financeiras (“covenants”) para os contratos onde há menção sobre as mesmas acima. Há cláusulas restritivas com as instituições Basa, ABC, FIDC Strata e Banco do Brasil, que contêm obrigações acessórias de envio de informações e manutenção de contas movimento para seu faturamento garantidor de operações de crédito, bem como a obrigação de manutenção de valor referente a 20% (vinte por cento) do montante devido em conta garantida do empréstimo e financiamento mantido pela controlada NSN junto à instituição C6. Todas as cláusulas restritivas que tangem ao depósito de saldo mínimo encontram-se plenamente cumpridas em 31 de dezembro de 2025. Havia cláusulas restritivas de ordem não financeira (índices) não cumpridos e com liberação por parte do credor.

O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	11.130	-	49.963
2026	48.219	36.666	92.267	47.089
2027	50.222	36.666	76.197	45.847
2028 em diante	48.486	33.611	55.284	33.611
	146.927	118.073	223.748	176.510

Para fins de comparação, abaixo a movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)	Saldo em 31/12/2023	Transferência	Captação	Variação cambial	Juros passivos	Juros pagos	Pagamentos de principal	Saldo 31/12/2024	Circulante	Não circulante
BNDES	Financiamento	Pré-fixada	33.560	-	-	4.898	1.351	(1.368)	(30.368)	8.073	8.073	-
FIDC	Capital de giro	Pós-Fixada	-	-	55.000	-	-	-	-	55.000	1.528	53.472
FIDC	Capital de giro	Pós-Fixada	-	-	55.000	-	-	-	-	55.000	1.529	53.471
Total Controladora			33.560	-	110.000	4.898	1.351	(1.368)	(30.368)	118.073	11.130	106.943
C6	Capital de giro	Pós-Fixada	-	-	30.124	-	864	(864)	(1.277)	28.847	9.243	19.604
Sifra	Capital de giro	Pré-fixada	33.610	-	160.121	-	9.961	(9.481)	(179.102)	15.109	15.109	-
Banco BASA	Capital de giro	Pós-Fixada	3.232	-	-	-	238	(240)	(3.230)	-	-	-
Sifra	Capital de giro	Pré-fixada	-	6.165	22.859	-	348	(1.629)	(21.853)	5.890	5.890	-
Quatá	Capital de giro	Pós-Fixada	-	-	15.500	-	1.070	(901)	(8.333)	7.336	7.336	-
Banco do Brasil	Capital de giro	Pós-Fixada	2.908	-	-	-	310	(382)	(2.014)	822	822	-
Banco ABC	Capital de giro	Pós-Fixada	2.158	-	-	-	246	(323)	(1.648)	433	433	-
Total Consolidado			75.468	6.165	338.604	4.898	14.388	(15.188)	(247.825)	176.510	49.963	126.547

17 Obrigações na aquisição de investimentos (Controladora e consolidado)

Esta conta é referente às obrigações de pagamento assumidas quando da aquisição da totalidade das ações da controlada CNA.

O Grupo Libra, credor destas obrigações na aquisição de investimentos e responsável por potenciais passivos da CNA, encontra-se em recuperação judicial. O crédito do Grupo Libra junto à MLog era parte de seu Plano de Recuperação Judicial aprovado. Conforme Plano de Recuperação Judicial aprovado, o Grupo Libra efetuou dação em pagamento aos seus credores originais destas Obrigações na aquisição de Investimentos devida pela MLog. O Instrumento de Dação em Pagamento do Grupo Libra aos seus credores continha cláusula suspensiva que vinculava a efetivação desta dação à aprovação da MLog, ocorrida em janeiro de 2020. Com esta aprovação, os credores originários do Grupo Libra passaram a ser credores destas obrigações. Os Bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 65% (sessenta e cinco por cento) do total desses créditos.

Em adição à todas as negociações já feitas desde a aquisição do investimento, abaixo demonstramos as mais recentes:

- Em 22 de fevereiro de 2024, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrado com o Lucio Paulo dos Santos, cujos pagamentos ocorreram em três parcelas com o pagamento da última vencendo em 29 de abril de 2024. Este acordo auferiu um ganho de R\$ 3, registrado na rubrica de “Outras receitas e despesas operacionais”.
- Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrado com o Gustavo Sanchez Asdourian, cujos pagamentos ocorreram em oito parcelas com o pagamento da última vencendo em 29 de abril de 2025. Este acordo auferiu um ganho de R\$ 6, registrado na rubrica de “Outras receitas e despesas operacionais”.
- Em dezembro de 2024 restava pendente não reclamado de confissão de dívida por partes terceiras o valor de R\$ 3.727. A Companhia obteve um parecer junto aos seus assessores legais para a baixa gradual do saldo pendente de confissão de dívida superior a 5 (cinco) anos. Em 31 de dezembro de 2024 foi baixado o valor de R\$ 1.801 e haverá baixas graduais futuras até 2027. Em dezembro de 2025 foi baixado o valor de R\$ 796, totalizando o valor de R\$ 2.597 em baixas. As baixas serão graduais, obedecendo ao cronograma de apuração de AFRMM, gerado pela CNA. Esta baixa tem como base jurídica a impossibilidade de cobrança administrativa direta por parte de credores, dependendo a cobrança destes valores a partir de ações judiciais transitadas em julgado.

Na aquisição da CNA, o Grupo Libra assumiu contratualmente, perante a Companhia, a responsabilidade pelo pagamento de passivos de naturezas diversas existentes na CNA até a data de sua aquisição, no valor de R\$ 97 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2024).

O quadro abaixo apresenta a movimentação da dívida na data dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2024	Juros, multas e adições	Caducidade da dívida	Liquidações	Saldo em 31/12/2025	Circulante	Não circulante
Parcela original	133.516	1.097	(796)	-	133.817	-	-
Acordo com credor	(83.807)	6.739	-	(10.905)	(87.973)	12.473	33.371
	49.709	7.836	(796)	(10.905)	45.844	12.473	33.371

Segue para fins comparativos a movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2023	Juros, multas e adições	Acordo com credor	Caducidade da dívida	Liquidações	Saldo em 31/12/2024	Circulante	Não circulante
Parcela original	134.532	785	-	(1.801)	-	133.516	-	-
Acordo com credor	(78.653)	6.278	(9)	-	(11.423)	(83.807)	12.810	36.899
	55.879	7.063	(9)	(1.801)	(11.423)	49.709	12.810	36.899

18 Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas ABN, CNA e MOPI são partes em determinadas ações judiciais. Os processos judiciais categorizados com chances prováveis de perda estão registrados contabilmente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20.

Segue abaixo tabela com o valor total das outras causas judiciais as quais os assessores legais avaliam o prognóstico de perda como possível. O valor total da causa pode não estar diretamente relacionado ao risco da Companhia, conforme explicação individual dos principais processos abaixo.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	-	-	5.330	3.117
Tributária	-	-	2.302	1.253
Ambiental	-	-	17.537	19.641
Cível	3.252	3.368	32.554	29.313
Administrativo	-	-	5.893	3.170
	3.252	3.368	63.616	56.494

Dentre essas causas possíveis, a Administração destaca abaixo os principais processos judiciais envolvendo a Companhia e suas subsidiárias, que não foram registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Número do processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor da causa atualizado (R\$) ¹	Probabilidade de perda
10283.721485/2012-45 (i)	Autuação administrativa	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus - AM/DRF/AM	Administrativo	3.339	Possível
0078416-72.2014.4.01.3800 (ii)	Ação Civil Pública	Ministério Público Federal	Ambiental	21.563	Possível
0032202-20.2008.814.0301 (iii)	Indenizatória	Odete Cunha Lobato Benchimol E Elias Isaac Benchimol	Cível	19.916	Possível
0101232-49.2024.5.01.0038 (iv)	Reclamação Trabalhista	J.C.T	Trabalhista	2.490	Possível
0032808-13.2023.8.06.0001 (v)	IDPJ	Caio Cezar Vieira da Rocha	Cível	3.650	Possível

Número do processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor da causa atualizado (R\$) ¹	Probabilidade e de perda
0833053-19.2023.8.19.0004 (vi)	Cobrança	Nenel Indústria e Comércio de Serralheria Serviços e Reparos Navais Ltda	Cível	1.567	Possível
0814810-96.2024.8.19.0002 (vii)	Execução	Estaleiro Mauá	Cível	1.179	Possível
0000284-75.2004.8.14.0301 (viii)	Execução Fiscal	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará	Tributário	2.184	Possível
0935643-15.2025.8.19.0001 (ix)	Ação de Cobrança	Flumar Transportes de Químicos e Gases LTDA	Cível	3.215	Possível
001P2024000322 (x)	Autuação administrativa	Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental	Administrativo	1.991	Possível

¹ - Valores atualizados em 31 de dezembro de 2025

(i) Processo nº 10283.721485/2012-45: Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigência de débito de CSL, referente ao ano calendário de 2008, sob a alegação de que a adição da despesa de depreciação adicional, proveniente da parcela do ativo custeado pelo AFRMM, se aplicaria à apuração da base de cálculo da CSL. Interpusemos Recurso Voluntário em 2019. Aguarda-se julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(ii) Processo nº 0078416-72.2014.4.01.3800: Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra a Morro do Pilar Minerais S.A. e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 2014, objetivando sobrestar os efeitos da anuência expedida pela Autarquia Federal para fins de futura supressão de fragmentos florestais inseridos no Bioma Mata Atlântica, em decorrência do licenciamento ambiental do projeto de lavra e beneficiamento de minério de ferro a ser desenvolvido pela empresa no Município de Morro do Pilar, no Estado de Minas Gerais. O processo aguarda realização de perícia.

(iii) Processo nº 0032202-20.2008.814.0301: Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, bem como lucros cessantes, ajuizada em 2008 por Odete Cunha e outro em face da Companhia de Navegação da Amazônia (CNA), em razão de suposta ocupação indevida de terreno, sobre o qual fora concedido licença de ocupação à CNA, por terceiro legítimo que ocupava o imóvel. Foi proferida sentença, por meio da qual foi julgada procedente a pretensão autoral. Posteriormente, foi dado provimento ao nosso recurso de apelação para julgar improcedente a pretensão autoral em relação à CNA. Em sede de embargos de declaração reestabeleceu-se a sentença. Atualmente aguarda-se julgamento do recurso especial. Eventual perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra.

(iv) Reclamação trabalhista nº 0101232-49.2024.5.01.0038 (substituto do processo nº 1001213-46.2022.5.02.0301): Trata-se de reclamação trabalhista de ex-funcionário da Bourbon Offshore Marítima S.A., que incluiu a ABN e a MLog no polo passivo. O reclamante interpôs recurso em face da decisão que reconheceu a exceção de incompetência territorial do Tribunal Regional do Trabalho do Guarujá - São Paulo, arguida pela Reclamada, e o processo aguarda julgamento. Em sessão de julgamento, realizada em 10 de setembro de 2024, foi negado provimento ao recurso do reclamante para manter a decisão de primeiro grau que determinou que a reclamação trabalhista deverá tramitar no Tribunal do Rio de Janeiro. A contestação da MLog e da ABN foi apresentada em 11 de abril de 2025. A pedido da 1ª Ré, Bourbon Offshore Marítima S.A., foi realizada perícia médica, em 06 de junho de 2025. O processo aguarda audiência de instrução e julgamento remarcada para 08 de abril de 2026.

(v) Processo nº 0032808-13.2023.8.06.0001: Trata-se de incidente de desconconsideração inversa da personalidade jurídica em face de MLog e outras 5 (cinco) empresas com o objetivo de satisfazer a dívida originalmente executada contra acionista indireto.

(vi) Processo nº 0833053-19.2023.8.19.0004: Trata-se de ação de cobrança ajuizada em face da ABN, referente aos serviços de reparos prestados nas embarcações no ano 2023. Autora requereu substituição processual em função do falecimento do seu sócio. O Juízo requereu da Autora recolhimento de custas para prosseguimento do feito, em despacho publicado em 30 de janeiro de 2026. ABN ainda não foi citada.

(vii) Processo nº 0814810-96.2024.8.19.0002: Trata-se de execução ajuizada em face da ABN, referente aos serviços prestados de docagem e reparos. A ABN apresentou embargos à execução em 06 de dezembro de 2024. Em 29 de setembro de 2025 foi proferida decisão indeferindo o efeito suspensivo aos embargos à execução. ABN comprovou a apresentação do seguro-garantia, o que foi reconhecido em seguida por despacho proferido em 5 de dezembro de 2025. O processo aguarda apreciação de embargos de declaração opostos pela ABN em face da decisão.

(viii) Processo nº 0000284-75.2004.8.14.0301: Trata-se de Ação de Execução Fiscal pelo Estado do Pará para cobrança de ICMS sobre o AFRMM não incluído na base de cálculo referente aos meses de outubro e dezembro/1993. Processo aguarda julgamento. Eventual perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra. Em 04 de novembro de 2025, foi publicada sentença favorável a CNA nos autos dos embargos à execução nº 0022063-52.2005.8.14.0301. Aguarda-se eventual recurso da Fazenda ou o trânsito em julgado.

(ix) Processo nº 0935643-15.2025.8.19.0001: Trata-se de ação de cobrança ajuizada em face da CNA, por meio da qual a autora alega que houve inadimplemento e descumprimento contratual nos contratos de afretamento. CNA apresentou contestação em 20 de outubro de 2025.

(x) Processo nº 001P2024000322: Trata-se de auto de infração lavrado em decorrência de alegado vazamento óleo diesel ocorrido em 16 de novembro de 2023. A CNA apresentou defesa em 10 de maio de 2024 e foi proferida decisão julgando procedente a autuação. A CNA apresentou recurso administrativo em julho de 2024. Em 29 de dezembro de 2025, foi protocolizada petição pela CNA, requerendo o cancelamento do auto de infração pelo transcurso de lapso temporal para julgamento do recurso.

19 Compromissos assumidos

Em decorrência da Licença Prévia ao Projeto Morro do Pilar, concedida pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM em 06 de novembro de 2014, deveriam ser satisfeitas uma série de condicionantes e outras obrigações legais até novembro de 2019 para a formalização do pedido de concessão da Licença de Instalação ("LI"). Estas condicionantes e estudos necessários para o Protocolo da Licença de Instalação foram concluídas em 2019 e a Companhia formalizou o pedido de LI junto aos órgãos governamentais.

Após o referido protocolo, e antes da efetiva concessão da Licença de Instalação, a Companhia incorrerá em gastos e investimentos adicionais como compra e/ou arrendamento de terras, compensações ambientais e outros, cujos valores finais dependerão de negociações entre a Companhia e terceiros.

Quanto à compensação de que trata o artigo 36, da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC), o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade está limitado a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

Dessa forma, o valor final a ser pago vincula-se ao total de investimentos na implantação da mina, a depender do arranjo de projeto pretendido pela empresa no tocante à produção bruta anual estimada. Definida a compensação, o valor deverá ser pago em até 4 parcelas mensais, sendo a primeira até 30 dias após a concessão da Licença de Implantação, conforme Decreto Estadual nº 45.175/2009. Com base na documentação legal relacionada a este tema, a Companhia estima o valor desta compensação em aproximadamente R\$ 30.000 (não auditado).

Em 7 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Morro do Pilar, o qual tem como objeto a execução, por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 47.500, com desembolsos já efetuados pela Companhia no montante de R\$ 15.923 até dezembro de 2025. A quitação do valor remanescente de R\$ 32.000 ocorrerá em parcelas anuais durante os 5 (cinco) anos de implantação do projeto, que se iniciará após a obtenção da Licença de Implantação.

Em 8 de agosto de 2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Santo Antônio do Rio Abaixo (SARA), no estado de Minas Gerais, o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 10.200, com desembolsos de R\$ 1.465 até dezembro de 2025. A quitação do valor remanescente de R\$ 9.000 ocorrerá em parcelas anuais durante os 5 (cinco) anos de implantação do projeto, que se iniciará após a obtenção da Licença de Implantação.

20 Provisões para contingências

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante				
Contingências trabalhistas (ii)	9	319	9	319
Servidão de passagem (i)	-	-	1.642	1.642
Provisão para reforma (iv)	-	-	1.784	1.669
Contingências judiciais (iii)	-	-	17.248	14.962
	9	319	20.683	18.592
Passivo não circulante				
Provisões operacionais (vi)	2.798	2.623	6.884	5.987
Contingências trabalhistas (v)	-	-	1.293	904
	2.798	2.623	8.177	6.891
	2.807	2.942	28.860	25.483

Os valores provisionados em 31 de dezembro de 2025 referem-se a:

- (i) segunda parcela de acordos de servidão de passagem de mineroduto, no valor de R\$ 1.642 (R\$ 1.642 em 31 de dezembro de 2024) registrado na controlada Dutovias, devido quando da regularização cartorial pelos proprietários dos imóveis servientes;
- (ii) provisões para contingências trabalhistas de R\$ 9 (R\$ 319 em 31 de dezembro de 2024) registradas na Controladora).
- (iii) provisões judiciais na ABN, conforme Nota Explicativa nº 1, no valor de R\$ 17.216 (R\$ 14.962 em 31 de dezembro de 2024) e na CNA de R\$ 32 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024);
- (iv) provisão para recuperação de R\$ 1.784 (R\$ 1.669 em 31 de dezembro de 2024), referente a pagamentos futuros para a reforma da embarcação da CNA;
- (v) R\$ 833 (R\$ 904 em 31 de dezembro de 2024) referente às ações cíveis e trabalhistas na controlada CNA, na ABN R\$ 460 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024) nos quais as chances de perda foram categorizadas como “prováveis”; e

- (vi) R\$ 2.798 (R\$ 2.623 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora, R\$ 1.751 (R\$ 2.740 em 31 de dezembro de 2024) na controlada Morro do Pilar; R\$ 1.042 (R\$ 624 em 31 de dezembro de 2024) na controlada ABN e na controlada NSN de R\$ 1.291 (R\$ 0 em 31/12/2024), referentes às provisões operacionais e contingências trabalhistas.

21 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social subscrito da Companhia é representado por, respectivamente, 2.306.238 ações ordinárias no valor de R\$1.109.333, conforme abaixo detalhado:

31/12/2025 e em 31/12/2024		
Acionistas	Ações Ordinárias	%
Maverick Holding S.A.	945.712	41,01
Fjords Limited	814.969	35,34
Fábrica Holding S.A.	154.072	6,68
Outros	391.485	16,97
	2.306.238	100,00

Nos termos da reforma do Estatuto Social, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de agosto de 2015, o capital social da Companhia poderá ser aumentado por deliberação adotada pelo Conselho de Administração, independentemente de alteração do Estatuto Social, até que alcance 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração poderá estipular a quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e emissão.

Distribuição de lucros

Do lucro líquido apurado na demonstração do resultado do exercício, aplicam-se: (i) 5% (cinco por cento) na constituição de reserva legal até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social, (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão alocados ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas; e (iii) até 75% poderão ser alocados a constituição de reserva de investimentos, para fins de financiamento da expansão das atividades da Companhia e de suas controladas, inclusive através de subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos comerciais, conforme aprovados pela Assembleia Geral, com base em propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, não podendo esta reserva exceder 100% (cem por cento) do capital social (ao atingir tal limite, a Assembleia Geral deliberará distribuir o saldo aos acionistas ou aumentar o capital social da Companhia).

A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2025, portanto não houve distribuição de dividendos.

Resultado por ação básico e diluído

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação no exercício findo em dezembro (exceto a quantidade de ações em circulação e o resultado por ação básico e diluído):

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado atribuído aos detentores das ações	(35.907)	(33.770)
Ações em circulação (média ponderada)	2.306.238	2.306.238
Resultado por ação - básico e diluído - em reais (*)	<u>(15,57)</u>	<u>(14,64)</u>

(*) A Companhia não tem instrumentos financeiros diluidores, bem como o prejuízo do exercício não gera efeito diluidor.

Capital a integralizar

Em 7 de junho de 2023, ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária aprovando a declaração de caducidade das ações pendentes de integralização pelo acionista Maverick Holding S.A., passando estas ações à posse de tesouraria da Companhia. A Administração da Companhia envidaria esforços na alienação destas ações no prazo de um ano. Caso a alienação não ocorresse neste prazo, uma Assembleia Geral deveria deliberar sobre a redução do capital social em valor correspondente. Nesse caso, nos termos do artigo nº 107, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), a Maverick Holding S.A. perderia, inclusive, o valor já integralizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2024, foi aprovada pelos acionistas a caducidade das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações que estavam em tesouraria equivalente a R\$ 166.860, reduzindo assim a quantidade de ações e o correspondente valor do capital, aumentando a participação proporcional de todos os acionistas.

Com a declaração da caducidade das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding S.A., a parcela do aumento de capital que havia sido integralizada parcialmente foi dada como perdida, uma vez que a integralidade das ações subscritas desta foi declarada caduca, nos termos da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), tendo sido este excedente de R\$ 38.809 reclassificado para conta específica do patrimônio líquido, por se tratar de uma transação entre acionistas da Companhia, sem impacto no resultado do exercício.

Custos na captação de recursos

Os custos com advogados, consultores, publicidade, outros serviços e o imposto sobre essas operações (IOF) incorridos para fins de captação do capital social foram pagos pela Companhia e contabilizados como custos de captação de recursos no patrimônio líquido.

Resultados abrangentes

O resultado abrangente do exercício é referente às variações patrimoniais ocorridas na ABN em decorrência de redução do seu capital social em 2022 no valor de R\$ 5.662.

Transações de capital

Conforme comentado acima, com a declaração de caducidade das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding S.A., a parcela do aumento de capital que havia sido integralizada parcialmente por este acionista foi dada como perdida, sendo o valor correspondente de R\$ 38.809 reclassificado para esta conta específica do patrimônio líquido, por se tratar de uma transação entre acionistas da Companhia, sem impacto no resultado do exercício.

Ações em tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2023, os acionistas aprovaram a retomada, pela Companhia, de 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding S.A., através da declaração da caducidade dessas ações. Essas ações foram transferidas para a rubrica ações em tesouraria e a Companhia envidou esforços para realizar a sua venda no prazo de um ano. Como não houve sucesso na venda, estas ações foram declaradas caducas, sendo a caducidade o rompimento definitivo do vínculo entre o acionista e a Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de junho de 2024, foi deliberado o cancelamento das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações ordinárias subscritas e parcialmente integralizadas, declaradas caducas no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de junho de 2023, resultando na redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 166.860.

22 Receita líquida de prestação de serviços, custos e despesas dos serviços prestados

As receitas e os correspondentes custos realizados pelas controladas ABN e CNA, bem como pela Companhia, são demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Afretamento de embarcações	53.150	42.766	213.513	210.396
Transporte de cargas	-	-	77.587	103.973
Receita Bruta	53.150	42.766	291.100	314.369
Deduções				
PIS e COFINS	(4.916)	(3.955)	(29.363)	(30.275)
ICMS	-	-	(7.958)	(7.886)
Outros	-	-	(4.303)	(1.209)
Receita líquida	48.234	38.811	249.476	274.999
Custo dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(83.666)	(95.484)
Afretamento	-	-	-	(11.721)
Depreciação	(33.391)	(30.948)	(47.241)	(41.697)
Locações	-	-	(2.773)	(1.780)
Materiais	-	-	(52.324)	(54.088)
Seguros	-	-	(5.679)	(5.769)
Serviços	-	-	(12.148)	(10.033)
Amortização de embarcações afretadas	-	-	(1.844)	(10.429)
Outros	-	-	(5.297)	(5.569)
	(33.391)	(30.948)	(210.972)	(236.570)
Resultado bruto	14.843	7.863	38.504	38.429

Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(6.875)	(5.673)	(115.433)	(122.888)
Afretamento	-	-	-	(11.721)
Depreciação	(33.466)	(31.022)	(47.500)	(42.030)
Locações	(339)	-	(2.773)	(1.780)
Materiais	-	-	(54.177)	(54.088)
Seguros	-	-	(5.679)	(5.769)
Serviços	(2.801)	(6.520)	(17.588)	(19.598)
Remissão de dívida	796	1.827	796	1.827
Amortização de embarcações afretadas	-	-	(1.844)	(10.429)
Multa baixa contratual	-	-	-	-
Outros	(2.528)	586	(971)	(14.401)
	(45.213)	(40.802)	(245.169)	(280.877)
Custos dos serviços prestados	(33.391)	(30.948)	(210.972)	(236.570)
Despesas operacionais	(11.138)	(13.559)	(48.051)	(46.499)
Outras receitas operacionais	(684)	3.705	13.854	2.192
	(45.213)	(40.802)	(245.169)	(280.877)

23 Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração e encargos	(5.400)	(3.904)	(22.205)	(17.896)
Encargos previdenciários	(555)	(834)	(4.365)	(4.501)
Benefícios	(920)	(935)	(5.145)	(4.989)
Outros	-	-	(50)	(18)
	(6.875)	(5.673)	(31.765)	(27.404)

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Reversão (constituição) de provisões	133	1.110	(3.589)	(3.322)
Acordo judicial	35	(7)	(169)	(7)
Caducidade de dívidas ³	796	1.827	796	1.827
Retenção contratual (Multa Raízen) ¹	-	-	7.500	-
Baixa de investimento e imobilizado ²	-	500	8.622	442
Tributos recuperados	-	-	3.655	2.657
Ressarcimentos de seguros	-	-	523	149
Baixa de contas a receber entre partes relacionadas (vide nota explicativa nº 14)	(3.168)	-	(3.168)	-
Outros	26	275	(316)	446
	(2.178)	3.705	13.854	2.192

¹ Em 12 de maio de 2025, a controlada CNA auferiu receita de multa por rescisão de contrato de *bunkering*.

² Em 25 de abril e em 06 de maio de 2025, a controlada CNA promoveu a venda de dez embarcações, recebendo o valor de R\$ 4.996 à vista e o restante sendo dividido em oito parcelas, estas embarcações encontravam-se fora de operação.

³ Vide Nota Explicativa nº 17.

25 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	2.812	189
Atualização monetária de impostos a recuperar	9	7	1.673	1.395
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	1.427	752	1.917	378
Variação cambial	2.689	443	2.689	449
	4.125	1.202	9.091	2.411

26 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(30.602)	(7.883)	(39.656)	(20.093)
Juros na aquisição de investimentos	(7.836)	(7.063)	(7.836)	(7.063)
Variação cambial	(4.714)	(16.559)	(1.817)	(19.694)
Juros AVP arrendamentos	-	-	(139)	(1.614)
Encargos bancários	(297)	(295)	(3.789)	(1.151)
Multas e juros	(4.439)	(2.737)	(17.011)	(9.362)
Outros	-	-	(28)	(178)
	(47.888)	(34.537)	(70.276)	(59.155)

27 Informações por segmento de negócios

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento, equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A MLog utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e produtos e são administradas separadamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis.

- **Mineração**

Abrange as atividades pré-operacionais de mineração de minério de ferro em Minas Gerais, consolidando todas as operações relacionadas aos estudos e pesquisas dos trabalhos necessários para protocolo da Licença de Instalação (“LI”) e implantação do Projeto Morro do Pilar (“Projeto MOPI”).

As subsidiárias Dutovias do Brasil S.A. e Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (CDNC) possuem escopo relacionado ao segmento de logística, ligado à mineração, estando ambas em estágio pré-operacional.

● **Navegação**

O segmento de navegação consolida as operações da Companhia (afretamento a casco nu dos navios AHTS, que a Companhia é proprietária) e de suas controladas Asgaard Bourbon (apoio *offshore* na região sudeste), a qual a Companhia detém 50% (cinquenta por cento) do capital, e CNA (navegação interna na região norte), a qual a Companhia detém 100% (cem por cento) do capital.

A Asgaard Bourbon (ABN) opera no setor de apoio marítimo desde março de 2016, inicialmente prestando serviço com a embarcação OSRV Asgaard Sophia à Petrobras e atualmente com uma frota de 4 (quatro) navios operando com a Petrobras, sendo a OSRV Asgaard Sophia e os navios do tipo AHTS Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barretto.

Todas as embarcações operadas pela ABN são de propriedade de empresas do grupo, sendo as três embarcações do tipo AHTS ativos de propriedade da MLog desde sua aquisição de terceiro e a embarcação do tipo OSRV de propriedade da CNA desde 21 de março de 2017.

O incremento das receitas da Asgaard Bourbon, no comparativo com o mesmo período de 2024, deve-se a entrada de três de suas quatro embarcações (Asgard Sophia, Geonísio Barreto e Yvan Barroso) em novos contratos. Em todos os casos, estes novos contratos tem o escopo semelhante aos contratos anteriores, porém com diárias superiores, o que somado à níveis superiores de operacionalidade dos barcos por conta de menos intervenções técnicas, ocasiona uma melhoria incremental nos níveis de receita auferidos pela ABN.

A CNA transporta óleo e derivados na região Norte do Brasil, operando seus ativos em níveis próximos ao limite dadas as condições regionais atuais, tanto climáticas quanto de infraestrutura de armazenagem. A CNA detém uma frota de balsas e empurradores, que somada aos ativos afretados compõe a frota disponível para suas operações.

A unidade de negócios da navegação é também representada por meio da SCP, na qual a MLog é sócia ostensiva e a NSN é sócia participante, apresentada nas demonstrações contábeis da NSN como um investimento e com abertura da consolidação contábil considerando eliminações previstas.

Demonstração do resultado - Segmentos

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais

	<u>Mineração</u>	<u>Navegação</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida de prestação de serviços	-	249.476	249.476
Custos dos serviços prestados	-	(211.069)	(211.069)
Resultado bruto	<u>-</u>	<u>38.407</u>	<u>38.407</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	(7.673)	(24.092)	(31.765)
Despesas com serviços prestados	(2.831)	(2.609)	(5.440)
Despesas gerais e administrativas	(1.429)	(6.109)	(7.538)
Despesas com depreciação e amortização	(253)	(5)	(258)
Despesas tributárias	(179)	(2.871)	(3.050)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM	-	19.988	19.988
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1.988)	15.842	13.854
	<u>(14.353)</u>	<u>144</u>	<u>(14.209)</u>

Demonstração do resultado - Segmentos
Em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais

	<u>Mineração</u>	<u>Navegação</u>	<u>Consolidado</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(14.353)	38.648	24.295
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	1.436	7.655	9.091
Despesas financeiras	<u>(9.257)</u>	<u>(61.019)</u>	<u>(70.276)</u>
	(7.821)	(53.364)	(61.185)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.174)	(14.716)	(36.890)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	(7.908)	(7.908)
Diferidos	-	447	447
	<u>(22.174)</u>	<u>(22.177)</u>	<u>(44.351)</u>

Demonstração do resultado - Segmentos
Em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais

	<u>Mineração</u>	<u>Navegação</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida de prestação de serviços	-	274.999	274.999
Custos dos serviços prestados	<u>-</u>	<u>(236.570)</u>	<u>(236.570)</u>
Resultado bruto	-	38.429	38.429
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	(6.418)	(20.986)	(27.404)
Despesas com serviços prestados	(6.562)	(3.003)	(9.565)
Despesas gerais e administrativas	(1.413)	(6.137)	(7.550)
Despesas com depreciação e amortização	(256)	(77)	(333)
Despesas tributárias	(159)	(1.488)	(1.647)
Outras receitas operacionais			
Subvenção de AFRMM	-	24.234	24.234
Outras receitas operacionais	<u>129</u>	<u>1.914</u>	<u>2.192</u>
	(14.679)	(5.543)	(20.073)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(14.679)	32.886	18.356
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	924	1.487	2.411
Despesas financeiras	<u>(30.138)</u>	<u>(29.017)</u>	<u>(59.155)</u>
	(29.214)	(27.530)	(56.744)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(43.893)	5.505	(38.388)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	(3.191)	(3.191)
Diferidos	-	509	509
	<u>(43.893)</u>	<u>2.823</u>	<u>(41.070)</u>

Ativos e passivos

Informações por segmento em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais

	Corporativo	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos				
AFRMM	-	-	36.418	36.418
Direitos na transação negocial	-	-	97	97
Partes relacionadas	3.125	-	-	3.125
Imobilizado	-	30.263	252.685	282.948
Intangível	3	782.801	65.768	848.572
Outros ativos	3.143	85	106.425	109.653
	6.271	813.149	461.393	1.280.813
Passivos				
Fornecedores	672	95	38.167	38.934
Empréstimos e financiamentos	-	-	223.748	223.748
Partes relacionadas	-	-	250	250
Provisões para contingências e operacionais	-	7.495	21.365	28.860
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	45.844	45.844
AFRMM	-	-	207.997	207.997
Outros passivos	27.702	8.747	101.459	137.908
	28.374	16.337	638.830	683.541

Ativos e passivos

Informações por segmento em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais

	Corporativo	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos				
AFRMM	-	-	30.857	30.857
Direitos na transação negocial	-	-	5	5
Partes relacionadas	2.403	-	-	2.403
Imobilizado	-	30.123	261.382	291.505
Intangível	47	779.129	65.769	844.945
Outros ativos	3.315	69	116.620	120.004
	5.765	809.321	474.633	1.289.719
Passivos				
Fornecedores	787	238	58.959	59.984
Empréstimos e financiamentos	-	-	176.510	176.510
Partes relacionadas	-	-	5.099	5.099
Provisões para contingências	-	7.324	18.159	25.483
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	49.709	49.709
AFRMM	-	-	201.215	201.215
Outros passivos	30.355	13.520	86.221	130.096
	31.142	21.082	595.872	648.096

28 Instrumentos financeiros

Classificação por categoria

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos, quando aplicáveis, são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preço cotado (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão relacionados abaixo (consolidado):

Ativos e passivos financeiros	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Categoria	Valor contábil	Categoria
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	26.875	Custo amortizado	19.826	Custo amortizado
Aplicação vinculada	5.477	Custo amortizado	5.769	Custo amortizado
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	16.021	Custo amortizado	6.430	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	23.399	Custo amortizado	25.360	Custo amortizado
Retenções contratuais de clientes	5.543	Custo amortizado	11.362	Custo amortizado
Partes relacionadas	3.125	Custo amortizado	2.403	Custo amortizado
Direitos na transação negocial	97	Custo amortizado	5	Custo amortizado
Outros créditos	2.935	Custo amortizado	3.528	Custo amortizado
Passivos				
Fornecedores	39.458	Custo amortizado	59.984	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	223.748	Custo amortizado	176.510	Custo amortizado
Partes relacionadas	250	Custo amortizado	5.099	Custo amortizado
Acordos judiciais a pagar	6.933	Custo amortizado	10.066	Custo amortizado
Outras contas a pagar	17.068	Custo amortizado	12.884	Custo amortizado
Obrigações na aquisição de investimentos	45.844	Custo amortizado	49.709	Custo amortizado
Arrendamentos a pagar	-	Custo amortizado	4.949	Custo amortizado

Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(-) Caixa e equivalente de caixa	(2.503)	(1.186)	(26.875)	(19.826)
Ativo	(2.503)	(1.186)	(26.875)	(19.826)
Empréstimos e financiamentos	146.927	118.073	223.748	176.510
Partes relacionadas	289.765	267.382	250	5.099
Obrigações na aquisição de investimentos	45.844	49.709	45.844	49.709
Passivo	482.536	435.164	269.842	231.318
Dívida líquida	480.033	433.978	242.967	211.492
Total do patrimônio líquido	618.144	654.051	597.272	641.623
Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido (passivo a descoberto) - %	77,66	66,35	40,68	32,96

Risco de Mercado e Gestão de riscos

Riscos de mercado são potenciais alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, bem como riscos de crédito e liquidez. Oscilações no mercado irão afetar os resultados, liquidez e valor dos instrumentos financeiros da Companhia.

A Administração procura gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno aos seus acionistas. As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa.

As práticas estabelecem critérios de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais e de taxas de juros.

Os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia são sumarizados abaixo:

- **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros que estão sujeitos a riscos de crédito referem-se, substancialmente, às suas disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa (com instituições financeiras), contas a receber (clientes comerciais) e recebíveis de partes relacionadas.

- **Contas a receber**

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, adotando como prática somente negociar com clientes que possuam capacidade de crédito entendidas como suficientes.

O principal cliente do Grupo, que, em 31 de dezembro de 2025 representava 78% (setenta e oito por cento) dos recebíveis e 93% (noventa e três por cento) da receita líquida de vendas (70% e 80% em 31 de dezembro de 2024, respectivamente), vêm operando com a Companhia por longa data, e nenhum de seus recebíveis foi baixado ou apresentou histórico de inadimplência.

Adicionalmente, não há histórico de securitização dos nossos créditos.

- ***Caixa e equivalentes de caixa***

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4.1, o saldo em 31 de dezembro de 2025 de caixa e equivalentes de caixa, refere-se, em sua maioria, a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras que possuem *rating* em escala nacional entre AA- e AA+, baseado na agência de rating S&P.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Sendo assim, não há indicadores de *impairment* baseados nessa exposição de risco.

Todas as operações são realizadas com instituições de reconhecida liquidez e em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa da Companhia.

- ***Risco de taxa de juros***

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às suas obrigações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, não existiam empréstimos e financiamentos atrelados à taxa de juros pré-fixadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16. A Companhia atualmente não realiza operações de *hedge*, incluindo *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Adicionalmente, existe o risco da queda de juros atrelada ao CDI impactar também negativamente a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia (Nota Explicativa nº 4.1) gerando, assim, uma redução do nível de receita sobre aplicações financeiras.

- ***Risco cambial***

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de câmbio que aumentem os valores a pagar em decorrência de empréstimos atrelados a moedas estrangeiras. Atualmente não há empréstimos e financiamentos em outra moeda.

- ***Risco de liquidez***

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar seus passivos (principalmente dívidas). A Companhia e suas controladas procuram alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e, assim, gerar a necessidade de maior alavancagem financeira. Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 1, onde a Administração divulga sobre a situação de capital circulante negativo, seus impactos potenciais nas operações e na gestão de tesouraria, bem como as medidas sendo tomadas para a sua melhoria.

O quadro abaixo detalha o prazo de vencimento dos principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas na data dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Consolidado				
	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Empréstimos e financiamentos	92.267	107.037	24.444	223.748
Fornecedores	38.549	909	-	39.458
Partes relacionadas	-	250	-	250
Obrigações na aquisição de investimentos	12.473	6.015	27.356	45.844
Outras contas a pagar	9.260	7.808	-	17.068
Acordos judiciais a pagar	2.808	4.125	-	6.933
	155.357	126.144	51.800	333.301

Segue para fins comparativos a movimentação em 31 de dezembro de 2024:

Consolidado				
	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Empréstimos e financiamentos	49.963	92.931	33.616	176.510
Fornecedores	59.759	225	-	59.984
Arrendamentos a pagar	4.808	141	-	4.949
Partes relacionadas	-	5.099	-	5.099
Obrigações na aquisição de investimentos	12.810	7.092	29.807	49.709
Outras contas a pagar	5.046	8.626	-	13.672
Acordos judiciais a pagar	5.486	4.580	-	10.066
	137.872	118.694	63.423	319.989

Análise de sensibilidade - Taxa de juros:

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo consolidado com a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros, considerando o fechamento em 31 de dezembro de 2025. Esta análise considera o cenário provável conforme avaliação da Administração da Companhia.

As premissas utilizadas para o cenário provável determinado pela Administração tiveram por base as informações disponíveis no mercado no Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 16 de março de 2026:

		Consolidado			
				+25%	+50%
		31/12/2025	Projeção do efeito no PL em 31/12/2025	Cenário I	Cenário II
Ativo					
Aplicações financeiras -					
Equivalentes de caixa	CDI	16.853	2.095	2.619	3.144
Aplicação vinculada	CDI	5.477	681	851	1.022
Partes relacionadas	CDI	3.105	386	483	579
Total		24.435	3.162	3.953	4.744
Passivo					
Obrigações na aquisição de					
investimentos	CDI	45.844	(5.699)	(7.125)	(8.551)
Empréstimos e					
financiamentos	CDI	(223.748)	(27.813)	(34.772)	(41.735)
Total		(269.592)	(35.511)	(41.897)	(50.286)
Exposição líquida		(244.157)	(30.349)	(37.944)	(45.542)
Indexador	CDI	14,90%	12,25%	15,31%	18,38%

29 Transações que não afetam caixa

As transações abaixo não tiveram impacto no caixa da Companhia e/ou suas controladas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais				
Fornecedores	-	-	7.346	-
Outras contas a pagar	-	-	2.206	-
	-	-	9.552	-
Atividades de investimentos				
Aquisição imobilizado a prazo	-	-	-	-
Aquisição intangível a prazo	-	-	2.266	3.120
Aumento de capital em controlado prazo	-	12.006	-	-
	-	12.006	2.266	3.120
Atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	-	55.000	-	55.000
Partes relacionadas	16.651	-	-	-
	16.651	55.000	-	55.000
Total de transações não envolvendo caixa	16.651	67.006	11.818	58.120

As transações que não envolvem caixa são de partes relacionadas entre o Grupo para gestão de caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi efetuado o pagamento de R\$ 3.120 (R\$458 em 31 de dezembro de 2024) referente a gastos de intangíveis de anos anteriores.

30 Seguros

A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas apólices de seguro com objetivo de proteger sua operação e seus ativos. Nas atividades de navegação, a Companhia e suas subsidiárias ABN e CNA contratam seguros de suas embarcações (seguros de casco), além de coberturas de proteção e indenização (P&I). As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão de auditoria e, consequentemente, não foram auditadas ou revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas existentes em 31 de dezembro de 2025 são:

Seguro de casco

- CNA: Cobertura total de R\$ 131 milhões;
- ABN: Cobertura total de US\$ 20,8 milhões; e
- MLog: Cobertura total de US\$ 30,01 milhões.

Riscos nomeados (infraestrutura e histórico geológico)

- MOPI: Cobertura total de R\$ 236 milhões.

Seguro de Proteção e Indenização (P&I)

- CNA: Cobertura limitada a US\$ 8,2 bilhões por evento e ocorrência; e
- ABN: Limite Máximo de Indenização. Limite do Grupo Internacional de P&I - US\$ 8,2 bilhões.

O seguro da ABN foi renovado em 4 de julho de 2025, com vigência até 4 de julho de 2026, e o seguro da CNA foi renovado em 20 de fevereiro de 2025 com vigência até 20 de fevereiro de 2026. O seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) foi renovado em 4 de julho de 2025 com vigência até 4 de julho de 2026, da Controladora e suas subsidiárias, no valor segurado de até R\$ 50.000.

31 Eventos subsequentes

Inoperância temporária de embarcações

Em 21 de dezembro de 2025, a embarcação Geonísio Barroso, em contrato com a Petrobras, apresentou intercorrência mecânica que demandou reparo com substituição de peças importadas, estando a embarcação inoperante desde então. O retorno da embarcação para operação está planejado para abril de 2026, representando uma renúncia de receita prevista na ordem dos R\$ 23.500, dos quais estima-se o reembolso do seguro de lucros cessantes no valor de R\$ 4.000, estimando-se assim uma perda de receita líquida na ordem de R\$ 13.000 no primeiro semestre de 2026.

Em 30 de janeiro 2026, a embarcação Yvan Barretto, em contrato com a Petrobras, apresentou intercorrência mecânica que demandou reparo com substituição de peças importadas, estando a embarcação inoperante desde então. O retorno da embarcação para operação está planejado para abril de 2026, representando uma renúncia de receita prevista na ordem dos R\$ 18.500, dos quais estima-se o reembolso do seguro de lucros cessantes o valor de R\$ 4.000, estimando-se assim uma perda de receita líquida na ordem de R\$ 7.000 no primeiro semestre de 2026.

Ademais espera-se que o seguro de casco e máquinas faça o ressarcimento de parte significativa dos investimentos em peças e serviços necessários para retorno das embarcações às suas atividades, investimentos estes quantificados por hora em R\$ 20.000. No total, estima-se o reembolso de cerca de R\$ 22.000.

Em decorrência dos eventos acima listados, e como medida de preservação de caixa, a Companhia:

- a) Está em trâmites avançados de alienação do terreno pertencente a sua controlada CDNC em Linhares, Espírito Santo, pelo montante de R\$ 18.000. Este ativo não tem geração de caixa ou serve de garantia/aval a nenhuma dívida.
- b) Solicitou a credores financeiros a suspensão temporária do pagamento de dívidas, sem respostas formais até o momento.

Aumento de participação de investimentos

Em 6 de fevereiro de 2026, a MLog S.A. celebrou contrato para aquisição da totalidade da participação detida pela Bourbon Offshore Marítima Ltda. na Asgaard Bourbon Navegação S.A.

A Operação foi submetida à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que proferiu decisão favorável sem restrições em 2 de março de 2026.

Transcorrido o prazo de 15 dias sem a interposição de recursos por terceiros ou membro do Tribunal do CADE, MLog e Bourbon concluíram os atos de fechamento da Operação em 20 de março de 2026.

Captação de empréstimos e financiamentos

Em 11 de fevereiro de 2026, a CNA contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 10.000 junto a instituição bancária Quatá. Esta captação de recursos tem como propósito aumentar a disponibilidade de caixa, e a garantia utilizada foi o contrato com a Petrobrás da embarcação Geonísio Barroso. Não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras. O crédito tem a duração de 24 meses.

Em 06 de março de 2026, a NSN contraiu um empréstimo (nota comercial) de longo prazo no valor de R\$ 4.000 junto a instituição bancária C6. Esta captação de recursos tem como propósito aumentar a disponibilidade de caixa, e a garantia utilizada foi o contrato com a Petrobrás da embarcação Haroldo Ramos. Não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras. O crédito tem a duração de 19 meses.

Antonio Frias Oliva Neto
Diretor Presidente, Administrativo-Financeiro
e de Relação com Investidores

Yury Gazen Dimas
Diretor de Controladoria e Contador
CRC RJ 131.582/O-3

Bruno Júnior Dornelas da Rocha Gomes
Contador - CRC MG 106.836/O-8 S RJ